



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Divisão de Administração Integrada II

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

DIRETORIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026.

Processo Administrativo nº 007.00001011/2026-67

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: **90002/2026**

CONTRATANTE (UASG): ESP-FED-DIRETORIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA – 990147

OBJETO: **Contratação de serviços de locação de veículos**

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: **R\$ 21.000.000,00**

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: **Dia 30/06/2026 às 09:00hs (horário de Brasília).**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **menor preço**

MODO DE DISPUTA: **Aberto.**

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: **Não**

Torna-se público que a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, por meio da Coordenadoria de Defesa Agropecuária, sediada a Avenida Brasil nº 2.340, Jardim Chapadão – Campinas /SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é de serviços de **LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DO GRUPO “S1” e “S2”, EM CARÁTER NÃO EVENTUAL, SEM CONDUTOR E SEM COMBUSTÍVEL POR QUILOMETRAGEM LIVRE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. *A licitação será dividida em itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

1.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.4.1. *Considerando o valor estimado dos itens objeto desta licitação, não se aplicam a ele as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

3.5. Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.5.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.7. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. No que concerne aos itens 3.5.2 e 3.5.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.9. *Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do [art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).*

3.10. *Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

3.10.1. *Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, [inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021](#).*

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta *conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital*, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas [assegurados na Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte *ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10)* deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte *e as cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10)* que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte *ou sociedade cooperativa equiparada (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10)*.

4.4.6. *O licitante organizado em cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.*

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá

somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. *Valor unitário e total do item*

5.1.2. ***Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui anexo deste Edital.***

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, ~~e § 1º, inc. II, da~~ [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita

execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.9.Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10.O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1.A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3.O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5.O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de *valor inferior, conforme o critério de julgamento definido no início deste edital* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de *valores*, entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de:

- R\$ 20,00 (vinte reais) para o item 1 e

- R\$ 30,00 (trinta reais) para o item 2.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10.O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11.*Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.*

6.11.1. *A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.*

6.11.2. *A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.*

6.11.3. *Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.*

6.11.4. *Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.*

6.11.5. *Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.*

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento](#);

6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.18.2.2. empresas brasileiras;

6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de](#)

dezembro de 2009.

6.18.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo, conforme o critério de julgamento estabelecido no início deste Edital definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.19.1. *A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.*

6.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.19.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.19.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.20. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e

7.1.7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São

Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

7.2. A consulta ao cadastro CNCIAI será realizada em nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário, por força do [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. *Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.*

7.8.1. *A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:*

7.8.1.1. *que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e*

7.8.1.2. *inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.*

7.9. Se houver indícios de inexecução da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

8.1.2. *Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.*

8.1.2.1. *Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de requisito(s) de habilitação econômico-financeira de que trata a subdivisão acima, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira.*

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que

cumpra as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (*duas*) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.14.1. *Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.*

8.15. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. *A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. *A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inhabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inhabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados *pelo meio eletrônico através do e- mail: layres@sp.gov.br e/ou mrdvale@sp.gov.br*

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e

orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância dos seguintes parâmetros:

(1) Multa Moratória de 0,5.% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

(2) Multa Moratória de 0,5.% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2.% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

a. O atraso superior a 35 (trinta e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

(3) Multa Compensatória, para as infrações descritas nos itens 12.1.8 a 12.1.12, de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato;

(4) Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item 12.1.3, de 10% (dez por cento) do valor do Contrato;

(5) Para infrações descritas no item 12.1.2, a multa será de 10% (dez por cento) do valor do Contrato;

(6) Para infrações descritas nos itens 12.1.4 a 12.1.6, a multa será de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato;

(7) Para infrações descritas no item 12.1.7, a multa será de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato;

(8) Para infrações descritas no item 12.1.1, a multa será de 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

12.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.5. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.6. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no [art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o

sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.12. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.13. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.15. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.16. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.17. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.18. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.19. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo seguinte*

meio: e-mail: layres@sp.gov.br e mrdvale@sp.gov.br

13.3.As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4.A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas *no sistema e no sítio eletrônico na Internet*: **www.defesa.agricultura.sp.gov.br**, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5.Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6.A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7.A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1.Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2.A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. *Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato*

14.2.1.1. *Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.*

14.2.1.2. *Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.*

14.2.1.3. *Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).*

14.2.1.4. *Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no*

item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que o adjudicatário, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir por ocasião da celebração da contratação por meio de declaração específica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10);

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-

se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11.No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.12.Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13.O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico www.defesa.agricultura.sp.gov.br.

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15.Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. *ANEXO I - Termo de Referência;*

14.15.1.1. *Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;*

14.15.2. *ANEXO II – [Minuta de Termo de Contrato] / [Minuta de Nota de Empenho];*

14.15.3. *ANEXO IV – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;*

14.15.4. *ANEXO V – Modelo(s) de Declaração(ões);*

Campinas, Na data da assinatura digital.

Érika Ramos Mello
Diretoria de Defesa Agropecuária
Diretora

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I.1

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

ANEXO IV

MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA

(...)

ANEXO V

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

ANEXO V.1

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____ / ____, Processo nº ____ / ____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ESP-FED-DIRETORIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

Termo de Referência 31/2026

Informações Básicas

Número do artefato UASG 31/2026 990147-ESP-FED-DIRETORIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA Editado por MARCOS ROBERTO DO VALE Atualizado em 01/06/2026 15:12 (v 0.22)

Status
DISPONIBILIZADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
III – locação/Locação de bens móveis		007.00001011/2026-67

1. Definição do objeto

1.1. Locação de Veículos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento, incluindo a disponibilização de sistema de rastreamento veicular, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFIC.	CAT. CONTA-BILIZA	CAT. COMPRAS.GOV	UNID. DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL 30 MESES (R\$)
1	Veículo automotivo, zero quilômetro, tipo HATCHBACK,	24244	4014	UN	100	4.000,00	400.000,00	12.000.000,00
2	Veículo automotivo, zero quilômetro, tipo CAMINHONETE PICK UP CABINE DUPLA 4x2	24244	4014	UN	50	6.000,00	300.000,00	9.000.000,00
						TOTAL	700.000,00	21.000.000,00

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses, contados da emissão do pedido de fornecimento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. A presente contratação caracteriza-se como serviço contínuo, nos termos do art. 6º, XV, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de atividade essencial, permanente e indispensável à execução das atribuições institucionais da Diretoria de Defesa Agropecuária, cuja interrupção comprometeria a continuidade do serviço público.

1.4.2 – Do enquadramento quanto à mão de obra:

1. A presente contratação não envolve dedicação exclusiva de mão de obra, tampouco predominância de mão de obra, uma vez que o objeto consiste na disponibilização de veículos, sendo a responsabilidade da contratada restrita à disponibilização, manutenção e suporte operacional dos bens.
2. Não haverá alocação de profissionais da contratada à disposição da Administração, razão pela qual não se aplicam as disposições relativas à terceirização de mão de obra.

1.4.3. A vigência de 30 (trinta) meses justifica-se pela natureza permanente da demanda, necessidade de estabilidade operacional, amortização econômica dos custos contratuais e mitigação de risco de descontinuidade do serviço.

1.4.5. Justificativa do prazo contratual

1.4.5.1. A definição do prazo de vigência de 30 (trinta) meses fundamenta-se na necessidade de assegurar estabilidade operacional à frota utilizada nas atividades institucionais da Diretoria de Defesa Agropecuária, considerando que os serviços executados possuem caráter contínuo e permanente.

1.4.5.2. Sob o aspecto econômico, contratos de maior duração permitem melhor diluição dos custos operacionais das empresas locadoras, especialmente aqueles relacionados à aquisição dos veículos, depreciação da frota, seguros e custos administrativos, o que tende a resultar em valores mensais mais vantajosos para a Administração Pública.

1.4.5.3. Ademais, a adoção de prazo superior a 12 meses contribui para reduzir riscos de descontinuidade do serviço decorrentes de sucessivas licitações em períodos curtos, garantindo maior eficiência na gestão da frota e previsibilidade operacional para atendimento das atividades de fiscalização, vigilância sanitária animal e demais ações institucionais da Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

1.4.5.4. Assim, o prazo estabelecido observa os princípios da economicidade, eficiência e continuidade do serviço público, estando em conformidade com os artigos 6º, inciso XV, e 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7 Subcontratação

- É vedada a subcontratação do objeto principal da locação.
- Admitir-se-á, contudo, a subcontratação de atividades acessórias ou complementares, tais como manutenção preventiva e corretiva, assistência técnica, serviços de guincho e instalação de equipamentos, permanecendo a contratada integralmente responsável pela execução contratual.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A locação de veículos é fundamentada na necessidade de garantir a adequada execução das atividades e o cumprimento das atribuições institucionais da Diretoria de Defesa Agropecuária, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Os principais fundamentos que justificam a contratação de locação de veículos são:

2.1.1. Necessidade Operacional: Os veículos são essenciais para o deslocamento de servidores e materiais, possibilitando o atendimento a demandas externas, a realização de visitas técnicas, o transporte de documentos, equipamentos e demais recursos necessários para o pleno funcionamento das atividades da instituição.

2.1.2. Melhoria da Eficiência e Produtividade: A locação de veículos contribuirá para a otimização dos processos de trabalho, reduzindo o tempo gasto em deslocamentos e aumentando a eficiência na prestação de serviços. Além disso, permitirá uma maior flexibilidade e agilidade na realização de tarefas que demandem mobilidade.

2.1.3. Economia de Recursos: A posse de veículos locados possibilitará uma redução nos custos com serviços de transporte, gerando economia de recursos para a instituição a longo prazo.

2.1.4. Segurança e Confiabilidade: A utilização de veículos locados proporcionará maior segurança e controle sobre os deslocamentos, garantindo a integridade física dos servidores e dos materiais transportados, bem como assegurando a confiabilidade e pontualidade na realização das atividades externas.

2.1.5. Atendimento a Demandas Específicas: Os veículos serão destinados ao atendimento de demandas específicas da instituição, nas ações de prevenção, controle e erradicação de enfermidades infecciosas de notificação obrigatória e/ou exóticas ou emergenciais estão amparadas na legislação em vigor, entretanto, para que as ações de vigilância e investigação possam ser continuadas, há necessidade de locação de veículos específicos para as mesmas e outras que porventura possam ser desencadeadas, assim como meios de transporte adequados às mais diversas situações. Assim, visando uma melhor realização dos trabalhos, procurando atender da melhor forma as demandas e ainda garantir a segurança dos servidores envolvidos, a locação dos veículos, objetiva o deslocamento em todo território do Estado de São Paulo das equipes que realizam atividades de rotina junto aos programas de sanidade animal da Diretoria de Defesa Agropecuária, tais como o Programa Estadual de Erradicação da Febre Aftosa (PEEFA), o Programa Estadual de Controle e Erradicação de Raivados Herbívoros (PECRH), o Programa Estadual de Sanidade dos Suídeos (PESS), e o Programa Estadual de Sanidade Avícola (PESA), atividades emergenciais em atendimento a focos de enfermidades nos mais diversos programas, bem como as fiscalizações em eventos de concentração de animais, em estabelecimentos sob inspeção, barreiras fixas e volantes em rodovias preconizadas pelos Corredores Sanitários e suas vicinais nos entornos. Para as atividades frente a enfermidades emergenciais, as equipes devem estar preparadas para o rápido atendimento às mesmas, sendo capazes de transportar todo o material possível para o atendimento, além de proceder ao rápido envio das amostras de materiais biológicos aos laboratórios oficiais. Para isso, as equipes deparam-se com diversas situações, desde propriedades rurais altamente estruturadas e tecnificadas, até as menores e mais precárias, em bairros rurais distantes e de difícil localização. Ante a todas essas possíveis adversidades, as equipes devem estar preparadas e equipadas da melhor forma. Tem-se também o cronograma para retirada da vacinação contra Febre Aftosa, acordado junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em que o Estado de São Paulo se apresenta pertencente ao Bloco IV, junto a outras Unidades da Federação, e no qual, dentre as metas estabelecidas, há o incremento de vigilância a nível estadual. Notadamente, nesta evolução do monitoramento, a existência de uma frota renovada e adequada é elemento essencial. Da mesma forma, essa referida vigilância necessita de uma logística integrada e veículos específicos, para que as rodovias apontadas como Corredores Sanitários, bem como suas vicinais adjacentes, sejam monitoradas rotineiramente, seja por meio de fiscalizações volantes ou para alocação em postos fixos existentes nas regionais da Diretoria de Defesa Agropecuária.

Ademais, a presente contratação encontra-se diretamente vinculada ao diagnóstico constante do Estudo Técnico Preliminar, o qual evidenciou a insuficiência e inadequação da frota própria atualmente disponível, caracterizada por elevado grau de obsolescência, indisponibilidade e custos crescentes de manutenção.

Nesse contexto, a adoção da solução de locação de veículos visa não apenas suprir a demanda operacional existente, mas também promover maior eficiência administrativa, previsibilidade orçamentária e continuidade dos serviços públicos essenciais desempenhados pela Diretoria de Defesa Agropecuária.

Ressalta-se, ainda, que a solução adotada se mostra a mais vantajosa sob os aspectos técnico e econômico, conforme análise comparativa realizada no Estudo Técnico Preliminar.

2.2. Diante do exposto, a contratação de locação de veículos se mostra como medida indispensável para o bom funcionamento e o cumprimento das atribuições da Diretoria de Defesa Agropecuária, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA), contribuindo para o alcance dos objetivos institucionais e para a prestação de serviços de demanda constante de atendimento a atividades rotineiras, focos de enfermidades infecciosas e emergências, bem como o atendimento ao Plano Estratégico de Vigilância para a Febre Aftosa, em que não apenas procura-se garantir o status do Brasil como país livre da enfermidade, mas também a ampliação das Zonas Livres Sem Vacinação, contexto no qual o Estado de São Paulo está inserido, torna-se necessário à utilização de veículos apropriados para a realização de atividades a campo e manutenção da vigilância, conforme preconizado pelos Programas de Sanidade Animal, definidos pelo Decreto nº 45.782, de 27 de abril de 2001, e pelos Corredores Sanitários, definidos pelas Resoluções SAA nº 46, de 10 de novembro de 2006, e nº 56, de 27 de novembro de 2006.

2.3. A fundamentação detalhada da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023.

I) ID PCA no PNCP: 46384400000149-0-000023/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 28/06/2025;

III) Id do item no PCA: 790

IV) Classe/Grupo: 732 - SERVIÇOS DE LEASING OU ALUGUEL RELACIONADOS A OUTROS BENS;

V) Identificador da Futura Contratação: 990147-683/2026

2.5. O aumento do quantitativo na contratação do objeto em relação ao previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) 2026, se dá pelos fatores:

2.5.1 Aumento da Demanda Houve um crescimento significativo na demanda pelos serviços/produtos originalmente planejados no PCA 2026, resultante de fatores como:

- Expansão das atividades institucionais;
- Crescimento no número de atendimentos/usuários;
- Novas exigências normativas ou regulatórias.

2.5.2 Mudança nas Condições de Operação Foram identificadas alterações nas condições operacionais que exigem um quantitativo maior, incluindo:

- Alterações no escopo dos serviços/produtos para atender necessidades emergentes;
- Novos requisitos técnicos e operacionais não previstos inicialmente;
- Impactos de fatores externos, como mudanças econômicas ou tecnológicas.

2.5.3 Benefícios do Ajuste A ampliação do quantitativo garantirá:

- Maior eficiência e qualidade na execução dos serviços;

- Atendimento adequado à crescente demanda;
- Redução de riscos operacionais e garantia de conformidade com as exigências regulatórias.

2.5.4 Conclusão Diante dos fatores expostos, justifica-se o aumento do quantitativo na contratação em relação ao previsto no PCA 2026, visando assegurar a continuidade e a eficácia das operações institucionais. Ressalta-se que a ampliação será conduzida em conformidade com as normas vigentes e dentro dos limites orçamentários disponíveis.

2.6. Em observância ao Decreto Estadual nº 63.316, de 26 de março de 2018, especialmente ao disposto em seu artigo 4º, a contratação de serviços terceirizados no âmbito do Governo do Estado de São Paulo deve adotar como referência os valores constantes nos Estudos Técnicos de Serviços Terceirizados – CADTERC, quando houver estudo específico aplicável ao objeto contratado.

2.7. O Decreto Estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023, em seu artigo 3º, incisos I e IV, estabelece a obrigatoriedade de utilização do CADTERC como referência oficial para formação do preço estimado nas contratações de serviços, sempre que existente estudo técnico correspondente ao objeto da contratação.

2.8. Considerando que o objeto deste Termo de Referência refere-se à locação de veículos, disciplinada no Volume 16 do CADTERC, os valores nele estabelecidos constituem referência oficial prioritária para a composição do valor estimado desta contratação, nos termos da legislação estadual vigente.

2.9. Registra-se, contudo, que a última atualização do Volume 16 do CADTERC ocorreu em dezembro de 2024, razão pela qual, diante da dinâmica de mercado e das variações econômicas posteriores, poderá ser necessária a realização de pesquisa complementar de preços, nos termos do artigo 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, a fim de assegurar que o valor estimado reflita a realidade atual do mercado, preservando os princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade para a Administração.

2.10. A estimativa do valor da contratação foi elaborada mediante metodologia híbrida, considerando:

- I – Valores referenciais do CADTERC (Vol. 16);
- II – Pesquisa direta com fornecedores do ramo;
- III – Análise de contratações similares no âmbito estadual;
- IV – Avaliação crítica da compatibilidade dos valores com a realidade de mercado.

2.10.1. A metodologia adotada observa as diretrizes estabelecidas no Decreto Estadual nº 67.888/2023, que dispõe sobre a formação de preços referenciais nas contratações públicas no âmbito do Estado de São Paulo, bem como o disposto no artigo 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, os com dados obtidos por meio de pesquisa direta com fornecedores e análise de contratações similares realizadas no âmbito da Administração Pública, com o objetivo de verificar a compatibilidade dos valores com a realidade atual do mercado.

2.10.2. Ressalta-se que os valores constantes do Caderno CADTERC – Volume 16 foram utilizados como referência inicial para a composição do valor estimado da contratação, sendo posteriormente confrontados com dados obtidos por meio de pesquisa direta com fornecedores e análise de contratações similares realizadas no âmbito da Administração Pública, com o objetivo de verificar a compatibilidade dos valores com a realidade atual do mercado.

2.10.3. Tal procedimento busca assegurar maior aderência dos preços estimados às condições efetivas de mercado, prevenindo distorções decorrentes de eventual defasagem de valores referenciais e garantindo a observância dos princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade para a Administração Pública.

2.11. Da formação de preços:

A formação do valor estimado da contratação observou rigorosamente o disposto no artigo 23 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 67.888/2023, mediante a utilização de múltiplas fontes de pesquisa.

Registra-se que, embora o CADTERC tenha sido utilizado como referência inicial, sua aplicação não se deu de forma exclusiva, considerando a necessidade de adequação dos valores à realidade atual de mercado, evitando-se, assim, o risco de inexecutabilidade e de eventual licitação fracassada.

A metodologia adotada buscou assegurar a compatibilidade entre os valores estimados e os praticados no mercado, em observância aos princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade.

2.12. Da análise crítica da contratação:

A presente contratação foi objeto de análise técnica e administrativa, tendo sido avaliadas alternativas disponíveis no mercado, tais como aquisição de veículos próprios e manutenção da frota existente, concluindo-se pela maior vantajosidade da locação, considerando aspectos operacionais, econômicos e logísticos.

A solução adotada encontra-se devidamente justificada no Estudo Técnico Preliminar, sendo a mais adequada para atendimento das necessidades institucionais.

3. Descrição da solução

3.1. A solução escolhida como mais viável foi a LOCAÇÃO DE VEÍCULOS NOVOS, em caráter não eventual, **sem condutor e sem combustível**, por quilometragem livre, com as características necessárias ao atendimento das necessidades operacionais da Diretoria de Defesa Agropecuária, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA), em conformidade com as especificações previstas no Estudo Técnico Preliminar.

3.2. O enquadramento dos tipos e marcas ofertados no certame, nas especificações definidas dos veículos utilizadas, seguem as nomenclaturas definidas pelo Decreto n.º 9.543, de 1º de março de 1977 (com atualizações posteriores). Os veículos devem atender as seguintes especificações técnicas mínimas e de equipamentos:

3.2.1. - 100 (cem) veículos automotivos zero quilômetro, Tipo HATCHBACK, Grupo "S1" - Veículo contendo no mínimo as seguintes características: ano de fabricação não inferior ao exercício vigente da assinatura do contrato, com capacidade para 5 pessoas, incluso o motorista, Cor: Veículo pintado na cor BRANCA, no padrão original de fábrica e de linha de produção; equipado com o motor ciclo Otto flexível, Cilindrada entre 1.000 cm³ e 1.350 cm³; Potência mínima de 105cv em etanol e 98 cv em gasolina, Transmissão automática, admitindo-se sistema convencional ou continuamente variável (CVT); motor 1.0 turbo ou superior, **suspensão elevado com altura mínima livre do solo mínimo 180mm**, Direção: Hidráulica ou elétrica; VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS: O veículo deverá possuir vidros e travas elétricas originais do fabricante; CENTRAL MULTIMÍDIA: Deverá possuir 01 (uma) central multimídia com, no mínimo, com as seguintes funções: Espelhamento de dispositivos, bluetooth e/ou USB (Universal Serial Bus); compatível com sistemas Android e IOS, porém, caso a central multimídia não disponha de tal funcionalidade, deverá ser incluído equipamento específico; Retrovisores Externos: Com regulagem eletrônica ou elétrico; Sensor de estacionamento traseiro; Todos os itens de segurança de acordo a legislação, tais como: airbag duplo e banco

traseiro rebatível; pneus conforme fabricante, película de proteção solar com grau máximo permitido, conforme normas vigentes do CONTRAN; Grafismo/Pintura: Os veículos deverão ser entregues **já envelopados ou adesivados**, com as características de identificação institucional a serem definidas pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, conforme ANEXO I, sendo **de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento, confecção, aplicação e custos da adesivagem**.

3.2.2. - 50 (cinquenta) Veículos zero quilômetro, CAMINHONETE PICK UP CABINE DUPLA 4x2, classificado no Grupo “S2”- Veículo contendo no mínimo as seguintes características: ano de fabricação não inferior ao exercício vigente, Cor: Veículo pintado na cor BRANCA, no padrão original de fábrica e de linha de produção; Motorização: Equipado com o motor ciclo Otto flexível, Cilindrada mínima de 1.200 cm³; Potência mínima de 107 cv em etanol e 98 cv em gasolina; Câmbio: Transmissão automática, admitindo-se sistema convencional ou continuamente variável (CVT); Tração: 4x2; Sistema de freio: a disco nas rodas dianteiras e a tambor nas rodas traseiras; Altura mínima do solo: 185 mm; Direção: Hidráulica ou elétrica; VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS: O veículo deverá possuir vidros e travas elétricas originais do fabricante; CENTRAL MULTIMÍDIA: - Deverá possuir 01 (uma) central multimídia com, no mínimo, com as seguintes funções: Espelhamento de dispositivos, bluetooth e/ou USB (Universal Serial Bus); compatível com sistemas Android e IOS, porém, caso a central multimídia não disponha de tal funcionalidade, deverá ser incluído equipamento específico; Retrovisores Externos: Com regulagem eletrônica ou elétrico; Sensor de estacionamento traseiro; Todos os itens de segurança de acordo a legislação, tais como: airbag duplo e banco traseiro rebatível; pneus conforme fabricante, película de proteção solar com grau máximo permitido, conforme normas vigentes do CONTRAN; Grafismo/Pintura: Os veículos deverão ser entregues **já envelopados ou adesivados**, com as características de identificação institucional a serem definidas pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, conforme ANEXO I, sendo **de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento, confecção, aplicação e custos da adesivagem**.

3.3 Da Justificativa das especificações técnicas

As especificações técnicas estabelecidas para os veículos objeto da presente contratação decorrem de necessidades operacionais específicas da Diretoria de Defesa Agropecuária, não se configurando como restrição indevida à competitividade.

A exigência de transmissão automática justifica-se pela necessidade de redução da fadiga dos condutores em deslocamentos prolongados, bem como pela ampliação da acessibilidade a servidores com restrições funcionais.

A altura elevada do solo e demais características estruturais visam garantir a trafegabilidade em vias não pavimentadas, áreas rurais e regiões de difícil acesso, onde são desempenhadas atividades de fiscalização sanitária.

Dessa forma, tais exigências encontram respaldo no interesse público e na eficiência da execução contratual, estando alinhadas às reais condições de uso dos veículos.

3.4 Do sistema de rastreamento veicular

Os veículos disponibilizados deverão estar equipados com sistema de rastreamento veicular, sem ônus adicional para a Administração, contemplando, no mínimo:

- I – monitoramento em tempo real;
- II – histórico de rotas e deslocamentos;
- III – acesso remoto via plataforma web;
- IV – geração de relatórios gerenciais;
- V – funcionamento ininterrupto durante todo o período contratual.

O sistema deverá permitir o acompanhamento da localização dos veículos pela Administração, com acesso disponibilizado aos gestores do contrato.

A exigência de sistema de rastreamento veicular justifica-se pela necessidade de aprimoramento do controle da frota pública, aumento da segurança dos servidores e dos bens públicos, bem como pela necessidade de monitoramento das atividades operacionais desempenhadas em campo, não se configurando como restrição indevida à competitividade, mas sim como requisito essencial à adequada execução contratual.

3.5 DA IDENTIFICAÇÃO VISUAL DO VEÍCULO:

3.3.1. A CONTRATADA deverá fornecer os veículos já devidamente identificados por meio de adesivagem institucional, conforme layout definido pela CONTRATANTE, incluindo todos os custos relacionados à confecção, aplicação, substituição e manutenção dos adesivos durante toda a vigência contratual, sem ônus adicional à Administração.

3.3.2. A CONTRATADA será responsável pela recomposição da adesivagem nos casos de desgaste natural, avarias, substituição de veículos ou qualquer outra situação que comprometa a identificação visual, garantindo a padronização durante toda a execução contratual.

3.6. OS VEÍCULOS DEVERÃO: ser equipados com os itens de segurança exigidos pela legislação vigente; estar em conformidade com as normas técnicas aplicáveis da ABNT e com as regulamentações técnicas dos órgãos competentes (IBAMA, CONTRAN e demais entidades reguladoras); atender aos limites máximos de ruído e de emissão de poluentes estabelecidos pela legislação ambiental federal em vigor, em especial pelo Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, observadas as fases e requisitos aplicáveis ao tipo de veículo, preferencialmente sendo dotado de tecnologia que favoreça a redução da emissão de gases e/ou substâncias poluentes.

4. Requisitos da contratação

OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES SOCIO AMBIENTAIS

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. O veículo ofertado deverá atender no que couber, às resoluções que tratam dos limites máximos de ruídos emitidos por veículos em funcionamento e estão fixados nas Resoluções CONAMA n.º 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, n.º 272/2000 e n. 242/1998.

4.1.2. Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções relacionadas ao tema do CONAMA.

4.1.3. Executar manutenção preventiva e corretiva dos veículos, incluindo os serviços de funilaria, pintura, troca de pneus e lubrificação, bem como substituição de peças desgastadas, devendo:

4.1.4. Manter a regulação dos veículos automotores, preservando as suas características originais para que sejam minimizados os níveis de emissão de poluentes, visando contribuir com o atendimento aos programas de qualidade do ar, observados os limites máximos de emissão de gases, conforme legislação vigente;

4.1.5. A constatação de inadimplemento dessas exigências ensejará a substituição imediata desse veículo, sob pena de sanções ou rescisão contratual, sem prejuízo das penalidades constantes da legislação que rege a matéria, normas brasileiras aplicáveis e manuais de proprietários e serviços de veículo;

4.1.6. Implementar soluções tecnológicas que permitam melhorias do controle de emissão de gases poluentes na atmosfera;

4.1.7. Manter os veículos automotores de modo a coibir a deterioração e a adulteração do sistema de escapamento e demais fatores que possam resultarem níveis de emissão sonora superiores aos dos padrões aceitáveis nos termos da legislação vigente, normas brasileiras aplicáveis e recomendação dos manuais de proprietários e serviços do veículo;

4.1.8. Disponibilizar os veículos com catalisador ou outro equipamento que o substitua para controle de emissão de gases poluentes na atmosfera.

4.1.9. Manter programa interno de autofiscalização da correta manutenção da frota quanto à emissão de fumaça preta, especialmente para os veículos Eventualmente movidos a óleo diesel que integrem a frota utilizada na presente prestação dos serviços, sob pena de rescisão contratual.

4.1.10. Utilizar veículos movidos a combustíveis que causem menor impacto ambiental, visando à redução efetiva de emissões poluidoras na atmosfera.

4.1.11. Manter os veículos envolvidos indiretamente na execução dos serviços (como no apoio e supervisão dos serviços), prioritariamente aqueles classificados como "A" ou "B" pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV), considerando-se sua categoria e visando à utilização mais eficiente de combustível e a redução de poluentes atmosféricos e gases de efeito estufa.

4.1.12. Manter política de boas práticas ambientais na gestão de suprimentos, especialmente quanto a locação e descarte de pneus, bem como dos resíduos resultantes dos processos de manutenção e limpeza dos veículos.

4.1.13. Observar as disposições contidas na Lei Estadual n.º14.186, de 15/07/2010, quanto à destinação final das embalagens de óleos lubrificantes.

4.1.14. Encaminhar os pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada e segura, em conformidade com a Resolução CONAMA n.º 416, de 30/09/2009.

4.1.15. Em atendimento à Lei Estadual n.º 15.303, de 12 de janeiro de 2014, na manutenção dos veículos motorizados envolvidos na prestação do serviço, deve-se dar prioridade ao emprego de óleos lubrificantes novos que tenham em sua composição óleos básicos rerrefinados.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2. Na presente contratação não haverá indicação de marcas ou modelos.

Da exigência de amostra(s)

4.3. Pela natureza do objeto e pelo acompanhamento previsto contratualmente de etapas que antecedem a entrega, não serão exigidas amostras.

Subcontratação

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. Modelo de execução do objeto

5.1 Condições e locais de entrega:

5.1.1. O desenvolvimento do serviço será efetuado com a disponibilização de veículos NOVOS, sem condutor e sem combustível para todos os Itens e com quilometragem livre;

5.1.2 Os veículos classificados deverão estar incluídos nas opções de contratações de veículos NOVOS e corresponderá o ano/modelo indicado na planilha da proposta quando da assinatura do contrato;

5.1.3 A Contratada somente poderá iniciar os serviços quando autorizados por escrito pelo Contratante, utilizando-se apenas de veículos em perfeito estado de funcionamento, conservação e higiene;

5.1.4 O veículo deverá estar devidamente habilitado pelos órgãos competentes, segundo as normas e leis de trânsito regulamentadas pelo DENATRAN e pelo DETRAN;

5.1.5 Em conformidade com o Decreto Estadual n.º 51.479, de 11 de janeiro de 2007, quando da contratação destinada à locação de veículos, será exigido o prévio e específico registro dos correspondentes veículos perante o Departamento Estadual de Trânsito do Estado de São Paulo (DETRAN/SP).

5.1.6 Os veículos locados deverão ser entregues com o reservatório de combustível abastecido em sua capacidade máxima;

5.1.7 Os veículos locados serão objeto de vistoria, anotando-se na ficha de vistoria todas as observações sobre seu estado, por ocasião de sua entrega;

5.1.8 Os veículos locados disponíveis serão identificados com logotipo do órgão/entidade, conforme estabelece a legislação vigente.

5.1.9 O registro, a atribuição dos caracteres de identificação externa (placas de identificação) e a expedição dos Certificados de Registro de Veículo e de Licenciamento (CRVL), durante o período de locação, atenderão às exigências administrativas pertinentes, em conformidade com o Decreto Estadual n.º 51.479, de 11 de janeiro de 2007;

5.1.10 Os veículos serão disponibilizados com numeração final de placa diferenciada a fim de minimizar a interrupção de uso nos dias de rodízio municipal de veículos na cidade de São Paulo, conforme legislação específica;

5.1.11 Todos os veículos deverão conter dispositivo de cobrança automática de pedágio (TAG), sendo de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento, instalação, manutenção e garantia de pleno funcionamento durante toda a vigência contratual, sem ônus adicional à Administração.

5.1.12 O prazo de entrega dos veículos locados será de até 90 (noventa) dias, contados da entrega da ordem de fornecimento devidamente acompanhada da nota de empenho, em remessa única.

5.1.13 Os veículos deverão ser entregues em plenas condições de uso, devidamente licenciados, emplacados, segurados, equipados com todos os itens exigidos neste Termo de Referência, incluindo adesivagem institucional, dispositivo de cobrança automática de pedágio (TAG) instalado e demais acessórios, não sendo admitida a entrega parcial ou em desconformidade com as especificações contratuais.

5.1.14 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.1.15 Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Avenida Brasil, 2.340, Jardim Chapadão, Campinas /SP, CEP: 13070-178, em dias úteis, no horário das 08h00hs às 17h00hs.

5.2 Da manutenção

5.2.1 Todos os veículos locados deverão receber a adequada e devida manutenção preventiva e/ou corretiva, conforme recomendações do fabricante;

5.2.2 A Contratada deverá prestar assistência 24 (vinte e quatro) horas, com plantão para atendimento e socorro do veículo locado;

5.2.3 A CONTRATADA deverá substituir os veículos locados no prazo máximo de 03 (três) horas na capital e região metropolitana e de até 12 (doze) horas no interior do Estado, contados da comunicação do CONTRATANTE, em razão de acidentes, falhas mecânicas, manutenção ou qualquer indisponibilidade.

5.2.3.1 Os veículos substitutos deverão possuir características **iguais ou superiores** às especificadas neste Termo de Referência, **não sendo admitida a substituição por veículo de categoria inferior**.

5.2.3.2 A substituição dos veículos deverá ocorrer de forma a não interromper a execução dos serviços, garantindo a continuidade das atividades operacionais da Administração, sendo vedada a paralisação das atividades por indisponibilidade de veículo.

5.2.4 A Contratada obriga-se a arcar com as despesas relativas à troca de óleo/lubrificantes, filtros e demais suprimentos necessários ao cumprimento dos objetos do contrato.

5.2.5 A Contratada deverá manter seguro total para todos os veículos locados, com cobertura abrangente, contemplando, no mínimo:

- I – colisão, incêndio, roubo e furto;
- II – danos materiais e corporais a terceiros;
- III – cobertura para ocupantes (APP);
- IV – assistência 24 (vinte e quatro) horas.

A franquia do seguro será de responsabilidade da CONTRATADA, exceto nos casos de comprovada culpa do condutor autorizado pela CONTRATANTE, devidamente apurada em procedimento administrativo.

5.3 Da manutenção preventiva

5.3.1 A responsabilidade pela manutenção preventiva dos veículos objeto da contratação será da Contratada, devendo ser realizada na periodicidade e nas frequências recomendadas pelas respectivas montadoras e constantes do manual do proprietário de cada veículo.

5.4 Da manutenção corretiva

5.4.1 A manutenção corretiva deverá ocorrer sempre que necessário, para substituição de um componente do veículo por desgaste ou por quebra do mesmo;

5.4.2 A Contratada deverá arcar com todos os custos decorrentes de acidentes e avarias, mantendo, para isso, seguro com cobertura total contra colisão, incêndio, roubo e terceiros, incluindo o pagamento da franquia;

5.4.3 A Contratada deverá assumir integral e absoluta responsabilidade pelos veículos ora locados, desobrigando o Contratante de quaisquer ônus, encargos, deveres e responsabilidades por defeitos, vícios parentes ou ocultos, ou funcionamento insatisfatório dos aludidos bens e acidentes não cobertos pelo seguro citado neste item.

5.5 Relatórios

5.5.1 No final de cada mês a Contratada deverá fornecer, preferencialmente em meio eletrônico, relatórios individuais por veículo.

5.6 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

5.6.1 Sem prejuízo das disposições das cláusulas e em cumprimento às suas obrigações contratuais, além das decorrentes de lei e de normas regulamentares, constituem obrigações específicas da Contratada as descrições detalhadas nos subtópicos discriminados a seguir.

5.6.1.1 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.6.1.2 Disponibilizar os veículos dentro do prazo estabelecido em contrato após o recebimento da autorização de início dos serviços nos locais e horários fixados pelo Contratante, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo que a impossibilite de assumir os serviços conforme o estabelecido;

5.6.1.3 Disponibilizar veículos com numeração final de placa diferenciada, com vistas a minimizar a interrupção de uso nos dias de rodízio municipal de veículos na cidade de São Paulo, conforme legislação específica;

5.6.1.4 Manter os veículos assegurados contra roubo, furto, danos materiais e pessoais, inclusive contra terceiros, cobertura total para caso de destruição parcial ou total do bem durante todo o prazo de vigência contratual;

5.6.1.5 Prestar assistência 24horas, com plantão para atendimento e socorro do veículo locado, por intermédio de sistema de comunicação a ser informado no ato de entrega do veículo;

5.6.1.6 Substituir por veículos nas mesmas condições da entrega inicial, quando completarem 100.000 (cem mil) quilômetros ou 30 (trinta) meses de uso, a contar do primeiro licenciamento (o que ocorrer primeiro);

5.6.1.7 Substituir os veículos locados no prazo máximo de 03 (três) horas, a partir da comunicação do Contratante, em razão de acidentes, revisão, reparos mecânicos, má conservação e condição de segurança na capital do estado e na Grande São Paulo, e no prazo máximo de 12 (doze) horas se o chamado ocorrer quando em viagem, nas demais localidades. Nessa última hipótese, a Contratada poderá autorizar o Contratante a retirar veículo igual ou similar junto a outra empresa do ramo existente na localidade;

5.6.1.8 Substituir o veículo nas condições não previstas no item anterior, quando solicitado por escrito pelo Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir do recebimento de notificação;

5.6.1.9 Entregar e retirar os veículos substituídos sem atribuir ao Contratante a cobrança de qualquer taxa adicional, seja em função dos encargos para licenciamento/legalização do veículo quanto do eventual ônus de pedágio no curso do processo de substituição da frota de veículos;

5.6.1.10 Autorizar o Contratante a colocar nos veículos seus adesivos com logotipos.

5.6.1.11 Para os serviços prestados dentro do município de São Paulo, observar a legislação vigente quanto ao Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em uso, em especial às Leis Municipais n.º11.733/95, n.º12.157/96, n.º 14.717/08 e n.º 15.688/13, os Decretos Municipais n.º 50.232/08 e n.º 53.989/13, e a Portaria 9/13–SVMA;

5.6.1.12 A Contratada deve manter na frota destinada a este contrato apenas os veículos devidamente aprovados na inspeção veicular;

5.6.1.13 A Contratada deve observar a legislação trabalhista, inclusive quanto à jornada de trabalho e outras disposições previstas em normas coletivas da categoria profissional;

5.6.1.14 Locar os veículos com quilometragem livre;

5.6.1.15 Entregar os veículos de acordo com as especificações do fabricante e em perfeitas condições de segurança, higiene e limpeza;

5.6.1.16 Entregar os veículos abastecidos em sua capacidade máxima, conforme as especificações do fabricante, sendo os veículos *flex* obrigatoriamente abastecidos com etanol, conforme Decreto Estadual n.º59.038, de 03 de abril de 2013;

5.6.1.17 Responsabilizar-se por todos os encargos relativos ao veículo, como IPVA, seguro obrigatório e taxa de emplacamento, com exceção das multas provenientes de infração às leis de trânsito, previstas no Código de Trânsito Brasileiro, que tenham sido causadas por dolo ou culpa do Contratante;

5.6.1.18 Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da utilização dos veículos, como troca de óleo e reparos mecânicos necessários à sua manutenção, com exceção do abastecimento do combustível;

5.6.1.19 Realizar manutenção preventiva e corretiva dos veículos, de acordo com as recomendações do fabricante, incluindo os serviços de funilaria e lubrificação, bem como a substituição de pneus e peças desgastadas;

5.6.1.20 Manter atualizada e em ordem a documentação relativa ao veículo;

5.6.1.21 Encaminhar junto ao Contratante, dentro do prazo máximo de 03 (três) dias úteis de seu recebimento, a notificação de autuação de infração de trânsito referente ao veículo locado para verificação, apuração de responsabilidade e indicação dos dados do condutor infrator, conforme previsto no Código de Trânsito Brasileiro;

5.6.1.22 Isentar o Contratante de taxas sobre o valor de multas de trânsito, cuja cobrança corresponderá apenas ao valor constante no auto de infração;

5.6.1.23 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade pela fiscalização e acompanhamento do Contratante;

5.6.1.24 Dar ciência imediata e por escrito ao Contratante sobre qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços, além de prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre seus serviços;

5.6.1.25 Fornecer, sempre que solicitado pela Contratante, preferencialmente por meio eletrônico, os seguintes relatórios, individualizados por veículo, indicando:

5.6.1.26 Relatório de manutenção preventiva, indicando as intervenções realizadas em cada veículo, mostrando a quilometragem e a data da realização;

5.6.1.27 Relatório de ocorrências no mês, indicando veículos parados por problemas de manutenção.

5.6.1.28 Implementar adequadamente o planejamento, a execução e a supervisão permanente dos serviços, de maneira a não interferir nas atividades do Contratante, respeitando suas normas de conduta;

5.6.1.29 Manter no interior dos veículos aparelho de cobrança de pedágio automático com isenção da taxa mensal do aparelho por sua utilização;

5.6.1.30 Fornecer o objeto de acordo com as especificações e quantitativos em conformidade com as condições deste instrumento, obrigando-se a substituir aquele(s) não achado(s) conforme(s) pela CONTRATANTE;

5.6.1.31 Pagar todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre o fornecimento do objeto, inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho etc., ficando excluída qualquer solidariedade da CONTRATANTE por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere à CONTRATANTE;

5.6.1.32 Arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos envolvidos na execução do contrato que não terão nenhum vínculo empregatício com a administração;

5.6.1.33 Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a esta Secretaria de Agricultura e Abastecimento ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

5.6.1.34 Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO no fornecimento do objeto, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE;

5.6.1.35 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

5.6.1.36 A inadimplência com referência aos encargos e obrigações estabelecidos não transfere a Secretaria de Agricultura e Abastecimento a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o fornecimento, razão pela qual a Empresa Vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Contratante;

5.6.1.37 Fornecer os materiais e adotar todas as medidas preventivas no sentido de se minimizar acidentes ou danos que venham a comprometer a qualidade e a quantidade fornecida;

5.6.1.38 Manter, durante todo o período da contratação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, quando da realização do pagamento pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, comunicando, imediatamente, a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessa condição;

5.6.1.39 Assumir inteira responsabilidade quanto à qualidade do fornecimento;

5.6.1.40 Fornecer o objeto obedecendo às quantidades requisitadas, qualidade, horários, prazos e locais estabelecidos para a entrega;

5.6.1.41 Adequar, por determinação da Contratante, qualquer serviço que não esteja sendo executado de acordo com as boas práticas de fabricação;

5.6.1.42 Comunicar, antecipadamente, a data e o horário da entrega, não sendo aceito o produto que estiver em desacordo com as especificações constantes deste Termo;

5.6.1.43 Dar ciência à Secretaria solicitante, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da entrega dos produtos;

5.6.1.44 A Contratada deverá se responsabilizar por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, contribuições ao Instituto Nacional de Seguridade Social–INSS, Assistenciais, Securitárias e Sindicais, de seus funcionários, sendo considerada como única empregadora, não havendo qualquer vínculo de solidariedade empregatícia desta Contratante;

5.6.1.45 Não poderá a Contratada, em hipótese alguma, transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações admitidas, sem prévio assentimento da contratante;

5.6.1.46 Cumprir outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público;

5.6.1.47 Aceitar as mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos do artigo 124 da Lei nº 14.133/21.6.2.

5.6.1.48 Disponibilizar e manter em pleno funcionamento sistema de rastreamento veicular em todos os veículos locados, garantindo acesso à Administração às informações de localização, deslocamento e histórico de uso, durante toda a vigência contratual.

5.7. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

5.7.1. Garantir instalações para guarda e estacionamento dos veículos envolvidos.

5.7.2. Garantir que a utilização dos veículos alocados seja adstrita às atividades do Contratante.

5.7.3. Utilizar os veículos exclusivamente em vias normais de rodagem.

5.7.4. Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no contrato.

5.7.5. Indicar o responsável pela gestão do contrato, a quem competirá a fiscalização dos serviços a qualquer instante, solicitando à Contratada, sempre que achar conveniente, informações do seu andamento, sendo também o responsável pelo recebimento dos veículos.

5.7.6. Abastecer obrigatoriamente os veículos *flex* com etanol, conforme Decreto Estadual n.º 59.038, de 03 de abril de 2013.

5.7.7. Arcar com as despesas de combustível e multas provenientes de infração às leis de trânsito (Código de Trânsito Brasileiro – CTB), decorrentes do uso dos veículos locados.

5.7.8. Arcar apenas com as despesas relativas a pedágios e estacionamento, **sendo de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento, instalação, manutenção e garantia de pleno funcionamento das Tags durante toda a vigência contratual, sem ônus adicional à Administração**

5.7.11. Assegurar que os motoristas condutores dos veículos locados portem Carteira Nacional de Habilitação dentro do prazo de validade.

5.7.12. Comunicar no prazo máximo de 02 (dois) dias qualquer sinistro ocorrido como(s) veículo(s).

5.7.13. No caso de infrações de trânsito, efetuar a identificação do motorista infrator e o envio dos documentos necessários à Contratada dentro do prazo estipulado no Código de Trânsito Brasileiro, com a finalidade de subsidiá-la na impetração de recurso junto à autoridade que impôs a finalidade.

5.7.14. Providenciar o devido ressarcimento do valor da multa à Contratada, caso a infração cometida seja considerada procedente.

5.7.15. Em caso de acidente, reunir dados referentes ao veículo envolvido e seu motorista, bem como condições de seguro, vítimas e testemunhas, providenciar o Boletim de Ocorrência Policial e dar imediata ciência do ocorrido à Contratada.

5.8 DAS CONDIÇÕES GERAIS:

5.8.1 A demanda será acompanhada pela equipe técnica responsável devidamente capacitada para tomar as providências necessárias e possíveis para o sucesso da contratação, incluindo o aceite da proposta, recebimento da entrega, sem prejuízo da fiscalização exercida pela CONTRATADA.

5.8.2 No curso da execução do fornecimento, caberá ao CONTRATANTE, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições contratuais, promovendo a aferição qualitativa dos produtos

5.8.3 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos;

5.8.4 Efetuar a entrega dos produtos em perfeito estado, de acordo com as quantidades indicadas na Ordem de Fornecimento, com as especificações constantes no presente estudo, no prazo de até 90 (noventa) dias, contados a partir do recebimento da assinatura do contrato com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

5.8.5 Caso aconteça qualquer problema no fornecimento, e o produto fornecido seja rejeitado, a Contratada deverá de forma imediata tomar as devidas providências necessárias para a correção das irregularidades identificadas, sob pena de sofrer a aplicação das penalidades estabelecidas na Minuta de Contrato.

5.8.6 Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá informar imediatamente à Secretaria, solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega.

5.8.7 A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

5.8.8 Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega.

5.8.9 Somente serão aceitos produtos especificados neste estudo técnico preliminar, sendo recusados qualquer produto com especificação diferente. Para tanto, será designado servidor para fiscalização de contrato, e caso o produto solicitado não atenda a especificação solicitada, será recusado sem nenhuma oneração para esta Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

5.8.10 O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

5.8.11 Caso haja algum produto recebido, conferido e aceite e posteriormente seja constatado no lote solicitado e entregue em divergência do quanto ora solicitado, também será recusado sem nenhum ônus para a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, notificando a empresa para substituição no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos das quantidades constatadas.

5.8.12 Em caso de ocorrências dos itens 5.3.9 e 5.3.11 deste Termo de Referência, serão solicitadas reposição imediata do produto também sem nenhum ônus para a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, incluindo despesas de deslocamento para entrega do produto no local indicado por esta Secretaria em até 30 (trinta) dias consecutivos das quantidades constatadas.

5.8.13 Da garantia e fornecedores:

5.8.13.1 Os produtos mencionados deverão possuir garantia mínima conforme legislação vigente;

5.8.13.2 As solicitações referentes à troca deverão ser efetuadas pelo designado e/ou pela Comissão de Recebimento;

5.8.13.3 No caso de empresas sediadas fora do Município de Campinas-SP, quando esta Administração Pública realizar as devidas solicitações por ordem de fornecimento dos produtos, deverão providenciar a entrega no local indicado na referida ordem, sem nenhum custo adicional;

5.8.13.4 O prazo de vigência do contrato será especificado em contrato, na ausência deste a vigência é de 30 (trinta) meses.

5.8.14 Das alterações contratuais:

5.8.14.1 Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do presente contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado, previsto no art. 125 da Lei nº 14.133/21.

5.8.15 Critérios de Sustentabilidade

5.8.15.1 É de extrema necessidade adotar práticas mais sustentáveis na indústria automobilística. As mudanças climáticas tornaram-se uma preocupação global urgente, e os veículos a motor foram identificados como uma das principais fontes de emissões de gases de efeito estufa. Além disso, a extração de recursos naturais, como metais preciosos e combustíveis fósseis, necessários para a produção de veículos, levantou questões sobre o esgotamento desses recursos finitos.

5.8.15.2 É de suma importância a implementação de tecnologias sustentáveis que moldem a fabricação de veículos, reduzindo assim emissões e o consumo de recursos, bem como o impacto econômico dessa abordagem. Como também regulamentações e normas ambientais que moldam o cenário da indústria rumo a um futuro mais sustentável.

5.8.15.3 A responsabilidade social corporativa também desempenha um papel importante, à medida que os consumidores se tornam mais conscientes das práticas empresariais e da pegada ambiental (pegada ecológica). A adoção da sustentabilidade na fabricação de veículos tornou-se, assim, não apenas uma escolha ética, mas uma estratégia imperativa para garantir a sobrevivência e a relevância contínua da indústria automobilística.

5.8.15.4 A integração de tecnologias sustentáveis tornou-se uma pedra angular da indústria automobilística moderna. Os veículos elétricos e híbridos ganharam destaque, reduzindo significativamente as emissões de carbono em comparação com seus homólogos movidos a combustíveis fósseis. Além disso, a busca por materiais leves e recicláveis nas carrocerias dos veículos e na estrutura interna tem o potencial de reduzir o consumo de recursos naturais e, ao mesmo tempo, melhorar a eficiência energética.

5.8.15.5 Os processos de fabricação limpa também se tornaram cruciais. É necessário que a indústria adote métodos mais sustentáveis de produção, como a reutilização de água, o tratamento de resíduos e a incorporação de energias renováveis em suas operações. Essas inovações não apenas reduzem o impacto ambiental, mas também podem levar a economias de custos significativas a longo prazo.

5.8.15.6 Essas são algumas das maneiras pelas quais a sustentabilidade está transformando a fabricação de veículos e abordando os desafios ambientais e de recursos que a indústria enfrenta.

5.8.16 Disposições Gerais

5.8.16.1 A execução do objeto observará as diretrizes estabelecidas no **estudo técnico de serviços terceirizados – CADTERC, volume 16**, referente à prestação de serviços mediante locação de veículos.

5.8.16.2 A prestação do serviço compreenderá a **locação de veículos novos, sem condutor e sem combustível**, caracterizando-se como **modalidade A**, nos termos do referido estudo técnico.

5.8.16.3 Os veículos deverão atender às seguintes condições mínimas:

- I – Serem **novos (zero quilômetro)**, de fabricação recente e em perfeitas condições de uso;
- II – Atender às especificações técnicas previstas neste termo de referência;
- III – Possuir todos os equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito vigente;

IV – Possuir seguro total contra colisão, incêndio, roubo ou furto, bem como cobertura contra danos materiais e corporais a terceiros;

V – Possuir documentação regularizada perante o **DETRAN-SP**, conforme legislação vigente;

VI – Possuir assistência técnica e suporte operacional durante toda a vigência contratual.

5.8.16.4 Em caso de indisponibilidade de veículo decorrente de manutenção corretiva, sinistro ou qualquer outra ocorrência que impeça sua utilização, a contratada deverá providenciar **substituição por veículo equivalente ou superior no prazo máximo de 24 horas**, sem ônus adicional para a administração.

5.8.16.5 A contratada será responsável por:

- Manutenção preventiva e corretiva;
- Substituição de pneus e peças;
- Seguro dos veículos;
- Assistência 24 horas.

5.8.16.5 Todos os custos necessários à perfeita execução do objeto contratual estarão inclusos no valor da locação, incluindo, mas não se limitando a: manutenção preventiva e corretiva, seguro, tributos, taxas, licenciamento, emplacamento, adesivagem, instalação e manutenção de dispositivos de cobrança automática de pedágio (TAG), assistência 24 horas, substituição de veículos, logística de entrega e recolhimento, bem como quaisquer outros encargos necessários ao pleno atendimento das obrigações contratuais, não sendo admitida a cobrança de valores adicionais à Administração.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente (caso assim definido pela documentação que compõe a presente contratação), o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de Apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.15. Será assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, e art. 134 da Lei nº 14.133/2021, mediante comprovação da ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, que onerem excessivamente a execução contratual.

6.16. A gestão e fiscalização do contrato observarão o disposto nos **arts. 117 e seguintes da lei nº 14.133/2021**, bem como as diretrizes previstas no CADTERC.

A execução contratual será acompanhada por servidor designado como **fiscal do contrato**, ao qual caberá:

- I – Acompanhar a execução do objeto;
- II – Verificar o cumprimento das obrigações contratuais;
- III – Registrar eventuais ocorrências;
- IV – Adotar providências para correção de falhas na execução dos serviços.

6.17. A fiscalização técnica poderá realizar inspeções periódicas para verificar:

- Estado de conservação dos veículos;
- Cumprimento das especificações técnicas;
- Regularidade da documentação.

6.18. Eventuais irregularidades deverão ser comunicadas à contratada para correção no prazo estipulado pela administração.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1. Os veículos locados serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os veículos locados poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento dos veículos locados, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.8.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

7.9.1. o prazo de validade;

7.9.2. a data da emissão;

7.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.9.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.9.5. o valor a pagar; e

7.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SicaF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SicaF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.13. Constatando-se, junto ao SicaF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto

à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.19.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.23. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

7.24. A medição dos serviços será realizada **mensalmente**, considerando a quantidade de veículos efetivamente disponibilizados e em condições de uso.

7.25. O pagamento será efetuado mediante:

I – Apresentação da **nota fiscal correspondente**;

II – Comprovação da regularidade fiscal da contratada;

III – Atesto do fiscal do contrato quanto à adequada prestação do serviço.

7.26. Na hipótese de indisponibilidade de veículo por período superior ao prazo estabelecido para substituição, poderá haver **abatimento proporcional no valor mensal do contrato**, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no contrato.

7.27. Critérios de medição e pagamento

O pagamento será realizado mensalmente, mediante a efetiva disponibilização dos veículos em condições de uso, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

A medição considerará a quantidade de veículos efetivamente disponibilizados e aptos à operação durante o período de referência, sendo aplicáveis glosas proporcionais em caso de indisponibilidade injustificada.

A verificação da disponibilidade dos veículos poderá ser realizada, inclusive, por meio das informações extraídas do sistema de rastreamento veicular.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. A contratação será realizada mediante **pregão eletrônico**, nos termos da **lei nº 14.133/2021**, adotando-se como critério de julgamento o **menor preço**, observado o valor estimado da contratação.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será com entrega imediata.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.12. Ato de autorização para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

8.23.1. Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso;

Qualificação Técnica

8.24. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista na subdivisão acima por meio da apresentação, no momento da celebração da contratação, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil;

8.25. Comprovação de capacidade operacional para execução de fornecimento similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão (ões) ou atestado (s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido (s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.25.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de fornecimento similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de fornecimentos executados de forma concomitante;

8.25.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

8.25.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

Outras comprovações

8.26. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.26.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.26.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.26.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.26.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.26.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.26.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.26.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

8.27. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR ITEM.

8.28. O modo de disputa será ABERTO, nos termos do art. 56 da Lei nº 14.133/2021.

8.29. As propostas que apresentarem valores manifestamente inexequíveis ou incompatíveis com os preços de mercado serão submetidas à análise de exequibilidade, nos termos do art. 59, §1º e §2º, da Lei nº 14.133/2021, podendo ser desclassificadas caso não comprovada sua viabilidade.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 21.000.000,00

9.1. A estimativa do valor da contratação foi realizada nos termos do artigo 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, observando metodologia fundamentada e compatível com a realidade de mercado.

9.2. Considerando que o objeto refere-se à locação de veículos, disciplinada no Volume 16 do CADTERC, os valores nele estabelecidos constituem referência oficial prioritária para composição do orçamento estimado, nos termos da legislação estadual vigente.

9.3. Todavia, verificou-se que a versão vigente do CADTERC (data-base maio/2024) não reflete integralmente a realidade econômica atual do setor de locação de veículos, especialmente diante de:

- I – Aumento dos preços praticados pelas montadoras;
- II – Elevação dos custos de capital e financiamento da frota;
- III – Reajustes significativos nos custos de manutenção, seguros e tributos;
- IV – Variações macroeconômicas que impactaram diretamente o setor automotivo;
- V – Histórico de licitação fracassada no Processo nº 007.00003715/2025-93.

9.4. O referido processo anterior demonstrou que a utilização exclusiva dos valores referenciais do CADTERC mostrou-se insuficiente para assegurar a competitividade do certame, culminando em insucesso na contratação e prejuízo à reposição tempestiva da frota.

9.5. Diante desse cenário, e em observância ao art. 23 da Lei nº 14.133/2021, foi realizada pesquisa complementar de mercado, mediante:

- I – Levantamento de contratações públicas similares recentes;
- II – Pesquisa direta junto a fornecedores do setor;
- III – Consulta a painel de preços e bases públicas oficiais;

9.6. A metodologia adotada buscou assegurar:

- I – Adequação à realidade de mercado;
- II – Viabilidade da contratação;
- III – Competitividade do certame;
- IV – Prevenção de nova licitação fracassada;
- V – Eficiência administrativa.

9.7. A adoção exclusiva dos valores do CADTERC, desacompanhada de complementação técnica, poderia resultar em subavaliação do objeto, comprometendo o interesse público primário e a continuidade das atividades essenciais de Defesa Agropecuária.

9.8. Assim, o valor estimado da contratação reflete a conjugação entre o parâmetro oficial do CADTERC e pesquisa de mercado atualizada, garantindo segurança jurídica e aderência à legislação vigente.

9.9. A composição do valor estimado encontra-se detalhada na planilha abaixo.

ITEM	ESPECIFIC.	CAT. CONTA-BILIZA	CAT. COMPRAS.GOV	UNID. DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL 30 MESES (R\$)
1	Veículo automotivo, zero quilômetro, tipo HATCHBACK ,	24244	4014	UN	100	4.000,00	400.000,00	12.000.000,00
2	Veículo automotivo, zero quilômetro, tipo CAMINHONETE PICK UP	24244	4014	UN	50	6.000,00	300.000,00	9.000.000,00

	CABINE DUPLA 4x2							
						TOTAL	700.000,00	21.000.000,00

9.10. Ressalta-se que a estimativa de preços foi elaborada em conformidade com o Decreto Estadual nº 67.888 /2023, adotando-se como referência prioritária os valores constantes do Caderno CADTERC – Volume 16, complementados por pesquisa de mercado junto a fornecedores do ramo e pela análise de contratações similares realizadas no âmbito da Administração Pública.

9.11. Tal metodologia visa assegurar que o valor estimado reflita de forma fidedigna a realidade de mercado, observando os princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade para a Administração, nos termos do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021 e da orientação consolidada no Parecer Referencial NLC nº 03/2025 da Procuradoria Geral do Estado.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. A dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Atesto

11.1. Atesto, sob a minha responsabilidade, que o conteúdo do Termo de Referência se limita ao mínimo imprescindível à satisfação do interesse público, presente na generalidade dos produtos e modelos existentes no mercado, não consignando marca ou característica, especificação ou exigência exclusiva, excessiva, impertinente, irrelevante ou desnecessária que possa direcionar o certame ou limitar ou frustrar a competição ou a realização do objeto contratual.

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCOS ROBERTO DO VALE

Coordenador de Gestão de Transportes



Assinou eletronicamente em 01/06/2026 às 15:12:26.

ESP-FED-DIRETORIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

Estudo Técnico Preliminar 26/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 007.00001011/2026-67

2. Introdução

2.1. No contexto atual, as organizações enfrentam um cenário dinâmico que exige a constante atualização e adequação de seus recursos e ativos. A locação de veículos é um aspecto crucial para a operação eficiente e eficaz de muitos setores, sendo essencial para garantir a mobilidade, a logística e a operação diária.

2.2 Este Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem como objetivo fornecer uma análise detalhada e fundamentada sobre a necessidade, especificações e viabilidade da locação de veículos para Diretoria de Defesa Agropecuária, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento. A finalidade deste estudo é assegurar que a locação de veículo seja realizada de forma estratégica, atendendo às necessidades específicas da organização, e proporcionando um investimento que traga retorno adequado e benefícios operacionais.

2.3 A introdução deste estudo aborda os seguintes aspectos:

2.3.1 Contexto e Justificativa: Apresenta a necessidade da locação de veículos, considerando as condições atuais, desafios enfrentados e os objetivos que se pretende alcançar com a nova frota.

2.3.2 Objetivos do Estudo: Define claramente o que se espera atingir com a locação, incluindo metas operacionais, de custo e eficiência.

2.3.3 Escopo da Análise: Delimita os aspectos que serão abordados no estudo, como requisitos técnicos, orçamento disponível, e impacto na operação da organização.

2.3.4 Metodologia: O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado em conformidade com as diretrizes estabelecidas no Decreto Estadual nº 68.017/2023, observando-se, sempre que aplicável, as orientações constantes do Sistema ETP Digital e do respectivo manual disponibilizado no Portal de Compras do Governo do Estado de São Paulo.

2.4 Este ETP servirá como base para a tomada de decisões e para a elaboração de um processo de locação transparente, eficiente e alinhado com os objetivos estratégicos da organização. A análise detalhada proporcionará uma visão clara dos requisitos e permitirá a escolha do veículo mais adequado para atender às necessidades identificadas, garantindo assim a melhor relação custo-benefício e a otimização dos recursos.

2.5 A Diretoria de Defesa Agropecuária exerce atividades essenciais de vigilância, fiscalização e controle sanitário animal e vegetal em todo o território do Estado de São Paulo, sendo indispensável a disponibilidade de frota operacional adequada para o cumprimento de suas atribuições institucionais.

2.6 Em fevereiro de 2025 foi instaurado o Processo nº 007.00003715/2025-93, visando contratação semelhante, contudo, o certame restou prejudicado, inclusive com rescisão unilateral contratual, evidenciando incompatibilidade entre os valores estimados e a realidade de mercado.

2.7 A experiência anterior demonstrou que a utilização exclusiva dos valores referenciais do CADTERC, sem complementação metodológica, pode comprometer a competitividade e resultar em nova licitação fracassada.

2.8 O presente Estudo Técnico Preliminar tem como objetivo assegurar que a nova contratação seja instruída com metodologia economicamente adequada, juridicamente fundamentada e alinhada à realidade do setor de locação de veículos.

2.9 Metodologia de estimativa de preços

Considerando o histórico de licitação fracassada e a defasagem estrutural apontada na utilização exclusiva do CADTERC, adotou-se metodologia complementar de pesquisa de mercado, visando assegurar estimativa compatível com a realidade econômica do setor.

A estimativa do valor da contratação foi elaborada em conformidade com o artigo 23 da Lei nº 14.133/2021 e com o Decreto Estadual nº 67.888/2023, mediante a utilização de múltiplas fontes de pesquisa, incluindo contratações similares, consultas ao mercado e parâmetros referenciais, de modo a assegurar compatibilidade com a realidade econômica do setor e mitigar riscos de inexecuibilidade.

2.9 Análise de Risco de Inexecuibilidade das Propostas

Considerando o histórico de licitação fracassada e a reconhecida defasagem estrutural dos valores referenciais do CADTERC, identifica-se como risco relevante a eventual apresentação de propostas inexequíveis ou economicamente insustentáveis.

A fim de mitigar tal risco, a Administração adotará metodologia de estimativa compatível com a realidade de mercado e procederá à análise rigorosa da exequibilidade das propostas apresentadas na fase de julgamento, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

3. Objetivo

3.1 O objeto do presente é a prestação de serviços de transporte mediante LOCAÇÃO DE VEÍCULOS NOVOS, em caráter não eventual, **sem condutor e sem combustível**, por quilometragem livre, objetivando o deslocamento para apoio das atividades técnico-administrativas da Diretoria de Defesa Agropecuária, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

3.2 Considera-se locação em caráter não eventual, a LOCAÇÃO DE VEÍCULOS NOVOS para utilização em serviço público de natureza permanente ou de longa duração.

3.3 O desenvolvimento dos serviços será efetuado com a disponibilização de veículos, com a devida manutenção, conforme consta na descrição dos serviços.

3.4 O objeto deverá atingir o fim a que se destina com a eficácia e a qualidades requeridas.

3.5 Dimensionamento da Frota

O dimensionamento da frota foi definido com base em critérios técnicos e operacionais, considerando:

- I – a necessidade de substituição de veículos próprios classificados como inservíveis ou antieconômicos;
- II – a distribuição territorial das unidades regionais da Diretoria de Defesa Agropecuária;
- III – a demanda média de deslocamentos por equipe técnica;
- IV – a necessidade de atendimento simultâneo às ações de fiscalização, vigilância sanitária e resposta a emergências;
- V – a cobertura integral das áreas de atuação, incluindo regiões rurais e de difícil acesso.

A definição quantitativa considerou a alocação mínima necessária por regional, de modo a garantir a continuidade dos serviços públicos e evitar desassistência operacional, assegurando compatibilidade entre a frota disponível e a demanda institucional.

3.6 A presente contratação também visa assegurar a viabilidade econômica do certame, mediante estimativa de preços compatível com a realidade de mercado, prevenindo nova licitação fracassada e garantindo a continuidade das atividades essenciais da Defesa Agropecuária.

3.7 – Do enquadramento da contratação quanto à mão de obra

A presente contratação caracteriza-se como prestação de serviço contínuo, sem dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do artigo 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021.

Ressalta-se que o objeto consiste na disponibilização de veículos, cabendo à contratada a responsabilidade pela manutenção preventiva e corretiva dos bens, não havendo disponibilização de profissionais à disposição da Administração.

Dessa forma, não se configura dedicação exclusiva de mão de obra, tampouco predominância de mão de obra, afastando-se a aplicação de regimes jurídicos próprios dessa modalidade contratual.

3.8 – Do não parcelamento da contratação

A contratação não será parcelada, tendo em vista a necessidade de padronização da frota, otimização da gestão contratual e ganhos de escala, fatores que contribuem para maior eficiência administrativa e redução de custos.

Ademais, o parcelamento poderia comprometer a uniformidade das especificações técnicas dos veículos e dificultar a execução contratual, especialmente no que se refere à manutenção, substituição e controle operacional da frota.

3.9 – Da justificativa do prazo

A definição do prazo contratual de 30 (trinta) meses fundamenta-se na necessidade de garantir estabilidade operacional, diluição dos custos administrativos do processo licitatório e maior vantajosidade econômica para a Administração.

Contratações com prazo mais alongado tendem a proporcionar melhores condições comerciais, maior previsibilidade orçamentária e redução de riscos associados à descontinuidade dos serviços, especialmente considerando a essencialidade das atividades desempenhadas pela Diretoria de Defesa Agropecuária.

3.10 – Da solução tecnológica

A solução adotada contempla, além da locação dos veículos, a disponibilização de sistema de rastreamento veicular integrado, com monitoramento em tempo real, histórico de rotas e possibilidade de extração de relatórios gerenciais, visando aprimorar a gestão da frota e a eficiência operacional.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria de Agricultura e Abastecimento, através da Diretoria de Defesa Agropecuária	Luiz Henrique Barrochelo

5. Descrição da necessidade

5.1 Apoio a estruturação do órgão público responsável por ações de formação e capacitação de caráter não continuado a produtores rurais e sua viabilização junto ao Estado, a locação de veículo específico é de imperativa importância. Esta contratação facilitará a mobilidade dos servidores da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, garantindo segurança nas atividades, assegurando a prestação eficiente de serviços sem riscos de acidentes. Além disso, ao considerar a necessidade de estruturação da frota específica do Programa, torna-se evidente que a resolução dessa questão de locomoção é fundamental para um acompanhamento mais eficaz, demonstrando a necessidade iminente e de interesse público, justificando a locação do veículo como uma medida estratégica para aprimorar o desempenho operacional e a qualidade dos serviços prestados.

5.2 A Diretoria de Defesa Agropecuária, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, desenvolve ações de prevenção, controle e erradicação de enfermidades infecciosas de notificação obrigatória e/ou exóticas ou emergenciais estão amparadas na legislação em vigor, entretanto, para que as ações de vigilância e investigação possam ser continuadas, há necessidade de locação de materiais, equipamentos e insumos específicos para as mesmas e outras que porventura possam ser desencadeadas, assim como meios de transporte adequados às mais diversas situações. Assim, visando uma melhor realização dos trabalhos, procurando atender da melhor forma as demandas e ainda garantir a segurança dos servidores envolvidos, solicitamos a locação dos veículos elencados abaixo, objetivando o deslocamento em todo território do Estado de São Paulo das equipes que realizam atividades de rotina junto aos programas de sanidade animal da Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA), tais como o Programa Estadual de Erradicação da Febre Aftosa (PEEFA), o Programa Estadual de Controle e Erradicação de Raivados Herbívoros (PECRH), o Programa Estadual de Sanidade dos Suídeos (PESS), e o Programa Estadual de Sanidade Avícola (PESA), atividades emergenciais em atendimento a focos de enfermidades nos mais diversos programas, bem como as fiscalizações em eventos de concentração de animais, em estabelecimentos sob inspeção, barreiras fixas e volantes em rodovias preconizadas pelos Corredores Sanitários e suas vicinais nos entornos. Para as atividades frente a enfermidades emergenciais, as equipes devem estar preparadas para o rápido atendimento às mesmas, sendo capazes de transportar todo o material possível para o atendimento, além de proceder ao rápido envio das amostras de materiais biológicos aos laboratórios oficiais. Para isso, as equipes deparam-se com diversas situações, desde propriedades rurais altamente estruturadas e tecnificadas, até as menores e mais precárias, em bairros rurais distantes e de difícil localização. Ante a todas essas possíveis adversidades, as equipes devem estar preparadas e equipadas da melhor forma. Tem-se também o cronograma para retirada da vacinação contra Febre Aftosa, acordado junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), em que o Estado de São Paulo se apresenta pertencente ao Bloco IV, junto a outras

Unidades da Federação, e no qual, dentre as metas estabelecidas, há o incremento de vigilância a nível estadual. Notadamente, nesta evolução do monitoramento, a existência de uma frota renovada e adequada é elemento essencial. Da mesma forma, essa referida vigilância necessita de uma logística integrada e veículos específicos, para que as rodovias apontadas como Corredores Sanitários, bem como suas vicinais adjacentes, sejam monitoradas rotineiramente, seja por meio de fiscalizações volantes ou para alocação em postos fixos existentes nas regionais da Diretoria de Defesa Agropecuária.

5.3 Os veículos locados serão de grande valia para a locomoção dos servidores de suas sedes, para atendimento de demandas à campo, considerando que determinados locais sede, localizada em Campinas, para apoio e supervisão das atividades desenvolvidas nos escritórios das respectivas Unidades de Defesa Agropecuária.

5.4 – Para a locação dos veículos, justifica-se a especificação de **câmbio automático** pelos seguintes motivos técnicos, legais e operacionais:

a) Atendimento a servidores com deficiência (PcD) e inclusão social

A Administração conta com servidores Pessoas com Deficiência (PcD) que necessitam de veículos com câmbio automático para viabilizar seu deslocamento e o exercício pleno de suas atividades técnicas nas diversas unidades da Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

A disponibilização de veículos com esse tipo de transmissão:

- **facilita a condução** por parte de servidores com limitações motoras ou outras condições que dificultem o uso de câmbio manual;
- contribui diretamente para a **inclusão social e profissional** desses servidores, permitindo que desempenhem suas funções em condições de maior autonomia e segurança.

Tal medida está em consonância com a **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**, que tem por finalidade assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. A adoção de veículos com câmbio automático, nesse contexto, configura instrumento concreto de **acessibilidade e adequação razoável do ambiente de trabalho**, nos termos da legislação vigente.

b) Alinhamento ao padrão atual do mercado automotivo e da frota das locadoras

O mercado automotivo brasileiro passou, nos últimos anos, por uma mudança estrutural no que se refere ao tipo de transmissão ofertada:

- Diversos modelos novos de veículos, especialmente sedãs, SUVs e veículos de uso corporativo, **já não possuem mais versão manual**, sendo produzidos predominantemente com câmbio automático ou CVT;
- As principais locadoras de veículos do país têm estruturado suas frotas com **elevada participação de modelos automáticos**, em razão da maior aceitação desses veículos no mercado e do melhor valor de revenda.

Dessa forma, a especificação de câmbio automático **não configura exigência de luxo**, mas sim **adequação ao padrão tecnológico e comercial vigente**, aumentando a aderência do edital ao que efetivamente é ofertado pelas montadoras e locadoras.

c) Aumento da competitividade e do interesse das locadoras na licitação

Considerando que a frota das locadoras é majoritariamente composta por veículos automáticos, a definição dessa configuração tende a:

- **Ampliar o universo de empresas aptas a oferecer veículos compatíveis** com as exigências do edital;
- **Facilitar o atendimento** do objeto licitado, evitando a necessidade de aquisição, pelas locadoras, de veículos fora do seu padrão usual de frota (o que poderia desestimular a participação);

- Favorecer **maior competitividade** no certame, com potencial reflexo positivo nas condições econômicas ofertadas.

Assim, a exigência de câmbio automático, ao invés de restringir a competição, tem o potencial de **estimular a participação** de mais locadoras, por estar alinhada ao perfil atual de suas frotas.

d) **Ergonomia, saúde ocupacional e segurança viária**

Os veículos locados serão utilizados em deslocamentos frequentes, muitas vezes em áreas urbanas e em condições de trânsito intenso. Nessa realidade:

- O câmbio manual exige esforço repetitivo de acionamento de embreagem e trocas constantes de marcha, o que aumenta a **fadiga física** e pode favorecer o surgimento de **dores musculoesqueléticas** em condutores que utilizam o veículo de forma intensiva;
- O câmbio automático reduz esse esforço, permitindo que o condutor **concentre maior atenção na via**, favorecendo a segurança na condução.

A adoção de veículos com câmbio automático, portanto:

- Contribui para **melhores condições ergonômicas de trabalho** aos servidores;
- Está alinhada às boas práticas de **saúde ocupacional e prevenção de acidentes**, sobretudo quando considerados trajetos longos e repetitivos.

e) **Redução de falhas por mau uso e aumento da disponibilidade da frota**

Tratando-se de frota locada, utilizada por **diversos condutores** com diferentes níveis de habilidade, o câmbio manual está mais sujeito a:

- Uso inadequado da embreagem (meia embreagem, trocas incorretas, uso inadequado em acíves etc.);
- Desgaste prematuro e maior incidência de falhas mecânicas.

O câmbio automático, por outro lado:

- **Elimina o risco de queima de embreagem** por mau uso;
- Reduz a probabilidade de danos decorrentes de operação incorreta da transmissão.

Com isso, tende-se a:

- **Diminuir a frequência de indisponibilidade dos veículos** por manutenção corretiva;
- Garantir maior **continuidade dos serviços** que dependem da frota locada, o que é de interesse direto da Administração.

f) **Custo global e eficiência econômica**

Com a evolução tecnológica, as transmissões automáticas modernas (incluindo automáticas de múltiplas marchas e CVT) apresentam:

- Consumo de combustível **sem diferença relevante** em relação às versões manuais, e em alguns casos até mais eficiente, devido à melhor gestão de rotações do motor;
- Maior adequação a uso urbano intenso, com menores trancos e melhor aproveitamento de torque.

Em contratos de locação, a **manutenção mecânica de maior complexidade** costuma ficar sob responsabilidade da locadora, de acordo com as cláusulas contratuais. Assim, a opção por veículos automáticos:

- **Não representa, em regra, aumento significativo do custo global** para a Administração;
- Traz benefícios em termos de ergonomia, segurança, disponibilidade da frota e atendimento a PcD, o que justifica a sua adoção sob a ótica da **eficiência administrativa** e do **interesse público**.

g) Síntese da justificativa

Diante do exposto, a especificação de veículos com câmbio automático na locação pretendida:

- Atende à **necessidade específica de acessibilidade e inclusão** de servidores PcD, em conformidade com a Lei nº 13.146/2015;
- Está **alinhada ao padrão atual do mercado automotivo** e ao perfil da frota das principais locadoras;
- Tende a **ampliar a competitividade** do certame, ao facilitar a participação de empresas com frota predominantemente automática;
- Melhora as condições de **ergonomia, saúde ocupacional e segurança viária** dos servidores condutores;
- Reduz o risco de **falhas mecânicas por mau uso** e aumenta a disponibilidade efetiva dos veículos para o serviço;
- Não implica impacto relevante no **custo global**, considerando o cenário tecnológico atual das transmissões automáticas e a alocação contratual das responsabilidades de manutenção.

Por essas razões, a exigência de câmbio automático mostra-se **tecnicamente fundamentada, economicamente justificável e juridicamente compatível** com o princípio da eficiência e com as normas de acessibilidade e inclusão vigentes.

5.5 A locação de veículos com suspensão elevada se faz necessária para atender às demandas operacionais da Diretoria de Defesa Agropecuária, considerando os seguintes aspectos:

5.5.1 Acesso a regiões de difícil circulação: O órgão desempenha atividades em áreas de difícil acesso, como zonas rurais, estradas vicinais, comunidades remotas e regiões com infraestrutura viária precária. Veículos com suspensão elevada são imprescindíveis para garantir o deslocamento seguro e eficiente nessas localidades, reduzindo riscos de interrupção nas operações.

5.5.2 Adaptação a condições adversas: Muitas áreas atendidas pelo órgão enfrentam desafios como terrenos acidentados, lama, buracos e, em alguns casos, enchentes sazonais. A suspensão elevada minimiza o risco de atolamento, protege os componentes inferiores do veículo e assegura a continuidade das atividades mesmo em condições extremas.

5.5.3 Eficiência operacional: Veículos adaptados às condições de uso garantem maior agilidade no deslocamento, diminuindo o tempo de execução das atividades e promovendo a melhor utilização dos recursos humanos e financeiros do órgão.

5.5.4 Segurança para servidores e usuários: A utilização de veículos adequados é essencial para garantir a segurança dos servidores e usuários durante o transporte, prevenindo acidentes ou danos causados por inadequação ao terreno.

5.5.5 Exigência para serviços específicos: Diversas ações do órgão, como transporte de equipamentos, assistência em áreas isoladas, fiscalização em áreas rurais, demandam veículos capazes de operar em condições severas, algo que apenas modelos com suspensão elevada podem oferecer.

5.5.6 Considerando a diversidade de categorias de veículos, estabelece-se:

- Para veículos tipo HATCH (Grupo S1): altura livre mínima do solo de **180 mm**;
- Para veículos tipo PICK-UP 4x2 (Grupo S2): altura livre mínima do solo de **200 mm**.

5.5.6.1 Tal exigência fundamenta-se nos seguintes aspectos técnicos:

- Redução de risco de danos aos componentes inferiores do veículo (cárter, escapamento, suspensão e transmissão) em estradas vicinais e vias não pavimentadas;
- Maior capacidade de transposição de irregularidades, valetas, lombadas e trechos com erosão;

- Melhoria da segurança operacional em áreas com lama, cascalho solto e terrenos acidentados;
- Redução de custos com manutenção corretiva decorrentes de impactos estruturais;
- Garantia de continuidade das atividades fiscalizatórias em áreas rurais.

5.5.6.2 A exigência de suspensão elevada original de fábrica visa assegurar:

- Integridade estrutural do veículo;
- Manutenção da garantia do fabricante;
- Conformidade com normas técnicas de segurança;
- Evitar adaptações não certificadas que possam comprometer estabilidade e segurança.

5.5.7 A definição da altura mínima constitui critério técnico objetivo, baseado na necessidade operacional do órgão, não configurando direcionamento, mas sim adequação funcional à realidade de uso.

5.6 A locação de veículos com película de proteção solar se faz necessária, considerando os seguintes aspectos:

5.6.1 Proteção à Saúde e Bem-Estar dos Ocupantes: A película de proteção solar reduz a incidência de raios ultravioleta (UV) no interior do veículo, protegendo os ocupantes contra danos à pele e doenças relacionadas à exposição prolongada ao sol, como o câncer de pele. Além disso, diminui o calor interno, promovendo maior conforto térmico.

5.6.2 Eficiência Energética e Economia de Combustível: A redução do calor interno proporcionada pela película diminui a necessidade do uso constante do sistema de ar-condicionado, o que pode levar a uma economia significativa de combustível, especialmente em climas quentes.

5.6.3 Preservação do Veículo: A película solar protege o interior do veículo, como estofados, painéis e outros componentes, contra o desbotamento e danos causados pela exposição ao sol. Isso prolonga a vida útil dos materiais internos e mantém a aparência do veículo por mais tempo.

5.6.4 Segurança dos Ocupantes e do Veículo: Películas de proteção solar podem oferecer maior privacidade, dificultando a visualização do interior do veículo e reduzindo o risco de furtos. Algumas versões também aumentam a resistência dos vidros em caso de impacto ou acidente, contribuindo para a segurança dos ocupantes.

5.6.5 Conformidade com Normas de Saúde Ocupacional: Em casos de veículos utilizados por servidores públicos ou em atividades administrativas, a proteção contra calor excessivo e raios UV pode ser uma medida de saúde ocupacional, alinhando-se às normas de proteção ao trabalhador.

5.7 Justifica-se a exigência de central multimídia com, no mínimo, funções de espelhamento de dispositivos, conexão Bluetooth e/ou USB, compatível com sistemas Android e iOS, ou, na ausência, com inclusão de equipamento específico que assegure tais funcionalidades, pelos seguintes motivos:

- **Segurança viária:** possibilita o uso de navegação, chamadas e demais recursos de comunicação em modo mãos livres, reduzindo o manuseio direto de celulares e as distrações ao volante, em conformidade com as normas de trânsito.
- **Eficiência operacional:** permite o uso de aplicativos de navegação atualizados e comunicação institucional durante deslocamentos a serviço, otimizando rotas, tempo de percurso e, potencialmente, o consumo de combustível.
- **Padronização e interoperabilidade:** a compatibilidade com Android e iOS assegura que diversos servidores, com diferentes dispositivos, utilizem o sistema sem necessidade de adaptações individuais, garantindo maior funcionalidade e praticidade no uso dos veículos.

Dessa forma, a exigência de central multimídia não se configura como item supérfluo, mas como requisito técnico voltado à segurança, eficiência e padronização no uso da frota locada.

5.8 Substituição de Frota Própria e Otimização Patrimonial

A presente contratação também se justifica pela necessidade de substituição gradativa de veículos próprios atualmente classificados como inservíveis, antieconômicos ou com elevado custo de manutenção.

Verifica-se que parcela significativa da frota atual apresenta:

- elevado tempo de uso;
- alto índice de manutenção corretiva;
- indisponibilidade frequente;
- custos de reparo superiores ao valor de mercado;
- obsolescência tecnológica e ausência de itens de segurança atualizados.

A substituição por veículos locados permite:

- redução de custos indiretos de manutenção;
- eliminação de passivos de depreciação e alienação;
- maior previsibilidade orçamentária;
- renovação tecnológica contínua;
- maior disponibilidade operacional da frota.

5.9 A indisponibilidade de frota adequada pode ocasionar:

- I – Comprometimento das ações de vigilância e fiscalização sanitária;
- II – Atraso no atendimento a focos emergenciais de enfermidades;
- III – Risco de prejuízo à cadeia produtiva agropecuária;
- IV – Impactos econômicos decorrentes de eventuais restrições comerciais;
- V – Responsabilização institucional por omissão na prestação de serviço essencial.

5.9.1. Considerando o papel estratégico do Estado de São Paulo no cenário agroexportador nacional, eventual falha na resposta sanitária pode gerar repercussões econômicas significativas.

5.10 Da Identificação Visual (Adesivagem)

A identificação visual dos veículos mediante adesivagem institucional mostra-se necessária para atendimento ao interesse público, à transparência administrativa e à conformidade com a legislação vigente.

Nos termos do Decreto nº 9.543/1977, os veículos oficiais devem possuir identificação externa que permita sua fácil caracterização como bens a serviço da Administração Pública, garantindo controle social e adequado uso institucional.

A adoção de veículos devidamente identificados:

- assegura a **transparência na utilização de recursos públicos**;
- permite a **rápida identificação em ações de fiscalização, operações sanitárias e atividades em campo**;

- inibe o uso indevido dos veículos oficiais;
- reforça a **segurança dos servidores**, especialmente em áreas rurais e operações sensíveis;
- padroniza visualmente a frota da Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

Adicionalmente, considerando tratar-se de contratação de locação de veículos em larga escala, a inclusão da adesivagem como obrigação da contratada:

- promove maior eficiência administrativa;
- evita custos adicionais à Administração;
- assegura a entrega dos veículos já em condições operacionais completas;
- padroniza a identidade visual desde o início da execução contratual.

Dessa forma, a adesivagem dos veículos constitui requisito técnico e operacional indispensável à adequada execução do objeto contratado.

5.11 Justificativa operacional de rastreamento

Ademais, considerando a natureza das atividades desempenhadas pela Diretoria de Defesa Agropecuária, que envolvem deslocamentos constantes em todo o território estadual, inclusive em áreas remotas e de difícil acesso, faz-se necessária a implementação de sistema de rastreamento veicular.

Tal solução visa garantir maior controle operacional da frota, aumento da segurança dos servidores, monitoramento em tempo real dos deslocamentos, otimização das rotas e maior eficiência na gestão dos recursos públicos, além de permitir pronta resposta em situações de emergência.

5.12 Justificativa com dados da frota

Ademais, a presente contratação fundamenta-se em diagnóstico atualizado da frota própria da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, a qual apresenta elevado grau de obsolescência e indisponibilidade operacional.

Verifica-se que parcela significativa dos veículos encontra-se classificada como inservível ou antieconômica, com elevado tempo de uso, alta incidência de manutenções corretivas e frequentes períodos de indisponibilidade, comprometendo diretamente a continuidade das atividades institucionais.

Soma-se a isso o aumento das demandas operacionais da Diretoria de Defesa Agropecuária, especialmente no que se refere às ações de fiscalização, vigilância sanitária e atendimento a emergências zoossanitárias, que exigem deslocamentos constantes em áreas urbanas e rurais.

Nesse contexto, a locação de veículos mostra-se solução mais eficiente sob os aspectos operacional, econômico e logístico, permitindo a renovação contínua da frota, maior previsibilidade orçamentária e redução de custos indiretos com manutenção, além de garantir maior disponibilidade dos veículos para atendimento das atividades finalísticas.

6. Descrição dos Requisitos da Contratação

6.1 DAS RESPONSABILIDADES DA EMPRESA ESPECIALIZADA CONTRATADA:

6.1.1 Condições e locais de entrega:

6.1.1.1 O desenvolvimento dos serviços será efetuado com a disponibilização de veículos NOVOS, sem condutor e sem combustível para todos os Itens e com quilometragem livre;

6.1.1.2 Os veículos classificados deverão estar incluídos nas opções de contratações de veículos NOVOS e correspondera o ano/modelo indicado na planilha da proposta quando da assinatura do contrato;

6.1.1.3 A Contratada somente poderá iniciar os serviços quando autorizados por escrito pelo Contratante, utilizando-se apenas de veículos em perfeito estado de funcionamento, conservação e higiene;

6.1.1.4 O veículo deverá estar devidamente habilitado pelos órgãos competentes, segundo as normas e leis de trânsito regulamentadas pelo DENATRAN e pelo DETRAN;

6.1.1.5 Em conformidade com o Decreto Estadual n.º 51.479, de 11 de janeiro de 2007, quando da contratação destinada à locação de veículos, será exigido o prévio e específico registro dos correspondentes veículos perante o Departamento Estadual de Trânsito do Estado de São Paulo (DETRAN/SP).

6.1.1.6 Os veículos locados deverão ser entregues com o reservatório de combustível abastecido em sua capacidade máxima;

6.1.1.7 Os veículos locados serão objeto de vistoria, anotando-se na ficha de vistoria todas as observações sobre seu estado, por ocasião de sua entrega;

6.1.1.8 Os veículos locados disponíveis serão identificados com logotipo do órgão/entidade, conforme estabelece a legislação vigente.

6.1.1.9 O registro, a atribuição dos caracteres de identificação externa (placas de identificação) e a expedição dos Certificados de Registro de Veículo e de Licenciamento (CRVL), durante o período de locação, atenderão às exigências administrativas pertinentes, em conformidade com o Decreto Estadual n.º 51.479, de 11 de janeiro de 2007;

6.1.1.10 Os veículos serão disponibilizados com numeração final de placa diferenciada a fim de minimizar a interrupção de uso nos dias de rodízio municipal de veículos na cidade de São Paulo, conforme legislação específica;

6.1.1.11 **Todos os veículos deverão conter Aparelho (Tag) de cobrança automática de pedágio: para rapidez nas passagens nas praças de pedágio, ficando por conta da contratada apenas os custos da instalação e da manutenção mensal;**

6.1.2 Da manutenção

6.1.2.1 Todos os veículos alocados deverão receber a adequada e devida manutenção preventiva e/ou corretiva, conforme recomendações do fabricante;

6.1.2.1.1 Substituição Temporária de Veículo

- Em caso de indisponibilidade do veículo por manutenção corretiva por período superior a 24 (vinte e quatro) horas, a CONTRATADA deverá disponibilizar veículo substituto de categoria igual ou superior, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da comunicação formal, sem qualquer ônus adicional para a Administração.
- O veículo substituto deverá atender às mesmas especificações técnicas mínimas previstas para o item originalmente contratado.

6.1.2.2 A Contratada deverá prestar assistência 24 (vinte e quatro) horas, com plantão para atendimento e socorro do veículo locado;

6.1.2.3 A Contratada terá de substituir os veículos locados no prazo máximo de 03 (três) horas, a partir da comunicação do Contratante, em razão de acidentes, revisão, reparos mecânicos, má conservação e condição

de segurança na capital do estado e na Grande São Paulo, e no prazo máximo de 12 (doze) horas se o chamado ocorrer, quando em viagem, no interior do estado. Nessa última hipótese, a Contratada poderá autorizar o Contratante a retirar veículo igual ou similar junto a outra empresa do ramo existente na localidade;

6.1.2.4 A Contratada obriga-se a arcar com as despesas relativas à troca de óleo/lubrificantes, filtros e demais suprimentos necessários ao cumprimento dos objetos do contrato.

6.1.3 Da manutenção preventiva

6.1.3.1 A responsabilidade pela manutenção preventiva dos veículos objeto da contratação será da Contratada, devendo ser realizada na periodicidade e nas frequências recomendadas pelas respectivas montadoras e constantes do manual do proprietário de cada veículo.

6.1.4 Da manutenção corretiva

6.1.4.1 A manutenção corretiva deverá ocorrer sempre que necessário, para substituição de um componente do veículo por desgaste ou por quebra do mesmo;

6.1.4.2 A Contratada deverá arcar com todos os custos decorrentes de acidentes e avarias, mantendo, para isso, seguro com cobertura total contra colisão, incêndio, roubo e terceiros, incluindo o pagamento da franquia;

6.1.4.3 A Contratada deverá assumir integral e absoluta responsabilidade pelos veículos ora locados, desobrigando o Contratante de quaisquer ônus, encargos, deveres e responsabilidades por defeitos, vícios parentais ou ocultos, ou funcionamento insatisfatório dos aludidos bens e acidentes não cobertos pelo seguro citado neste item.

6.1.5 Relatórios

6.1.5.1 No final de cada mês a Contratada deverá fornecer, preferencialmente em meio eletrônico, relatórios individuais por veículo.

6.2 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

6.2.1 Sem prejuízo das disposições das cláusulas e em cumprimento às suas obrigações contratuais, além das decorrentes de lei e de normas regulamentares, constituem obrigações específicas da Contratada as descrições detalhadas nos subtópicos discriminados a seguir.

6.2.1.1 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.2.1.2 Disponibilizar os veículos dentro do prazo estabelecido em contrato após o recebimento da autorização de início dos serviços nos locais e horários fixados pelo Contratante, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo que a impossibilite de assumir os serviços conforme o estabelecido;

6.2.1.3 Disponibilizar veículos com numeração final de placa diferenciada, com vistas a minimizar a interrupção de uso nos dias de rodízio municipal de veículos na cidade de São Paulo, conforme legislação específica;

6.2.1.4 Manter os veículos assegurados contra roubo, furto, danos materiais e pessoais, inclusive contra terceiros, cobertura total para caso de destruição parcial ou total do bem durante todo o prazo de vigência contratual;

- 6.2.1.5 Prestar assistência 24 horas, com plantão para atendimento e socorro do veículo locado, por intermédio de sistema de comunicação a ser informado no ato de entrega do veículo;
- 6.2.1.6 Substituir por veículos nas mesmas condições da entrega inicial, quando completarem 100.000 (cem mil) quilômetros ou 30 (trinta) meses de uso, a contar do primeiro licenciamento (o que ocorrer primeiro);
- 6.2.1.7 Substituir os veículos locados no prazo máximo de 03 (três) horas, a partir da comunicação do Contratante, em razão de acidentes, revisão, reparos mecânicos, má conservação e condição de segurança na capital do estado e na Grande São Paulo, e no prazo máximo de 12 (doze) horas se o chamado ocorrer quando em viagem, no interior do estado. Nessa última hipótese, a Contratada poderá autorizar o Contratante a retirar veículo igual ou similar junto a outra empresa do ramo existente na localidade;
- 6.2.1.8 Substituir o veículo nas condições não previstas no item anterior, quando solicitado por escrito pelo Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir do recebimento de notificação;
- 6.2.1.9 Entregar e retirar os veículos substituídos sem atribuir ao Contratante a cobrança de qualquer taxa adicional, seja em função dos encargos para licenciamento/legalização do veículo quanto do eventual ônus de pedágio no curso do processo de substituição da frota de veículos;
- 6.2.1.10 A CONTRATADA deverá fornecer os veículos já devidamente adesivados/envelopados com a identidade visual da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, conforme layout a ser fornecido pela CONTRATANTE, incluindo todos os custos de confecção, aplicação, manutenção e eventual substituição durante a vigência contratual.
- 6.2.1.11 Para os serviços prestados dentro do município de São Paulo, observar a legislação vigente quanto ao Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em uso, em especial às Leis Municipais n.º 11.733/95, n.º 12.157/96, n.º 14.717/08 e n.º 15.688/13, os Decretos Municipais n.º 50.232/08 e n.º 53.989/13, e a Portaria 9/13–SVMA;
- 6.2.1.12 A Contratada deve manter na frota destinada a este contrato apenas os veículos devidamente aprovados na inspeção veicular;
- 6.2.1.13 A Contratada deve observar a legislação trabalhista, inclusive quanto à jornada de trabalho e outras disposições previstas em normas coletivas da categoria profissional;
- 6.2.1.14 Locar os veículos com quilometragem livre;
- 6.2.1.15 Entregar os veículos de acordo com as especificações do fabricante e em perfeitas condições de segurança, higiene e limpeza;
- 6.2.1.16 Entregar os veículos abastecidos em sua capacidade máxima, conforme as especificações do fabricante, sendo os veículos *flex* obrigatoriamente abastecidos com etanol, conforme Decreto Estadual n.º 59.038, de 03 de abril de 2013;
- 6.2.1.17 Responsabilizar-se por todos os encargos relativos ao veículo, como IPVA, seguro obrigatório e taxa de emplacamento, com exceção das multas provenientes de infração às leis de trânsito, previstas no Código de Trânsito Brasileiro, que tenham sido causadas por dolo ou culpa do Contratante;
- 6.2.1.18 Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da utilização dos veículos, como troca de óleo e reparos mecânicos necessários à sua manutenção, com exceção do abastecimento do combustível;
- 6.2.1.19 Realizar manutenção preventiva e corretiva dos veículos, de acordo com as recomendações do fabricante, incluindo os serviços de funilaria e lubrificação, bem como a substituição de pneus e peças desgastadas;
- 6.2.1.20 Manter atualizada e em ordem a documentação relativa ao veículo;
- 6.2.1.21 Encaminhar junto ao Contratante, dentro do prazo máximo de 03 (três) dias úteis de seu recebimento, a notificação de autuação de infração de trânsito referente ao veículo locado para verificação, apuração de responsabilidade e indicação dos dados do condutor infrator, conforme previsto no Código de Trânsito Brasileiro;
- 6.2.1.22 Isentar o Contratante de taxas sobre o valor de multas de trânsito, cuja cobrança corresponderá apenas ao valor constante no auto de infração;

- 6.2.1.23 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade pela fiscalização e acompanhamento do Contratante;
- 6.2.1.24 Dar ciência imediata e por escrito ao Contratante sobre qualquer a normalidade verificada na execução dos serviços, além de prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre seus serviços;
- 6.2.1.25 Fornecer, sempre que solicitado pela Contratante, preferencialmente por meio eletrônico, os seguintes relatórios, individualizados por veículo, indicando:
- 6.2.1.26 Relatório de manutenção preventiva, indicando as intervenções realizadas em cada veículo, mostrando a quilometragem e a data da realização;
- 6.2.1.27 Relatório de ocorrências no mês, indicando veículos parados por problemas de manutenção.
- 6.2.1.28 Implementar adequadamente o planejamento, a execução e a supervisão permanente dos serviços, de maneira a não interferir nas atividades do Contratante, respeitando suas normas de conduta;
- 6.2.1.29 Manter no interior dos veículos aparelho de cobrança de pedágio automático com isenção da taxa mensal do aparelho por sua utilização;
- 6.2.1.30 Fornecer o objeto de acordo com as especificações e quantitativos em conformidade com as condições deste instrumento, obrigando-se a substituir aquele(s) não achado(s) conforme(s) pela CONTRATANTE;
- 6.2.1.31 Pagar todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre o fornecimento do objeto, inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho etc., ficando excluída qualquer solidariedade da CONTRATANTE por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere à CONTRATANTE;
- 6.2.1.32 Arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos envolvidos na execução do contrato que não terão nenhum vínculo empregatício com a administração;
- 6.2.1.33 Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a esta Secretaria de Agricultura e Abastecimento ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- 6.2.1.34 Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO no fornecimento do objeto, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE;
- 6.2.1.35 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 6.2.1.36 A inadimplência com referência aos encargos e obrigações estabelecidos não transfere a Secretaria de Agricultura e Abastecimento a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o fornecimento, razão pela qual a Empresa Vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Contratante;
- 6.2.1.37 Fornecer os materiais e adotar todas as medidas preventivas no sentido de se minimizar acidentes ou danos que venham a comprometer a qualidade e a quantidade fornecida;
- 6.2.1.38 Manter, durante todo o período da contratação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, quando da realização do pagamento pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, comunicando, imediatamente, a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessa condição;
- 6.2.1.39 Assumir inteira responsabilidade quanto à qualidade do fornecimento;
- 6.2.1.40 Fornecer o objeto obedecendo às quantidades requisitadas, qualidade, horários, prazos e locais estabelecidos para a entrega;

- 6.2.1.41 Adequar, por determinação da Contratante, qualquer serviço que não esteja sendo executado de acordo com as boas práticas de fabricação;
- 6.2.1.42 Comunicar, antecipadamente, a data e o horário da entrega, não sendo aceito o produto que estiver em desacordo com as especificações constantes deste Termo;
- 6.2.1.43 Dar ciência à Secretaria solicitante, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da entrega dos produtos;
- 6.2.1.44 A Contratada deverá se responsabilizar por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, contribuições ao Instituto Nacional de Seguridade Social–INSS, Assistenciais, Securitárias e Sindicais, de seus funcionários, sendo considerada como única empregadora, não havendo qualquer vínculo de solidariedade empregatícia desta Contratante;
- 6.2.1.45 Não poderá a Contratada, em hipótese alguma, transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações admitidas, sem prévio assentimento da contratante;
- 6.2.1.46 Cumprir outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 /90) que sejam compatíveis com o regime de direito público;
- 6.2.1.47 Aceitar as mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos do artigo 124 da Lei nº 14.133/21.6.2.

6.2.2 DAS CONDIÇÕES GERAIS:

6.2.2.1 O veículo deverá ter as seguintes especificações mínimas:

6.2.2.1.1 - 100 (cem) veículos automotivos zero quilômetro, Tipo HATCHBACK, Grupo "S1" - Veículo contendo no mínimo as seguintes características: ano de fabricação não inferior ao exercício vigente da assinatura do contrato, com capacidade para 5 pessoas, incluso o motorista, Cor: Veículo pintado na cor BRANCA, no padrão original de fábrica e de linha de produção; equipado com o motor ciclo Otto flexível, Cilindrada entre 1.000 cm³ e 1.350 cm³; Potência mínima de 105cv em etanol e 98 cv em gasolina, Transmissão automática, admitindo-se sistema convencional ou continuamente variável (CVT); motor 1.0 turbo ou superior, **suspensão elevado com altura mínima livre do solo mínimo 180mm**, Direção: Hidráulica ou elétrica; VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS: O veículo deverá possuir vidros e travas elétricas originais do fabricante; CENTRAL MULTIMÍDIA: Deverá possuir 01 (uma) central multimídia com, no mínimo, com as seguintes funções: Espelhamento de dispositivos, bluetooth e/ou USB (Universal Serial Bus); compatível com sistemas Android e IOS, porém, caso a central multimídia não disponha de tal funcionalidade, deverá ser incluído equipamento específico; Retrovisores Externos: Com regulagem eletrônica ou elétrico; Sensor de estacionamento traseiro; Todos os itens de segurança de acordo a legislação, tais como: airbag duplo e banco traseiro rebatível; pneus conforme fabricante, película de proteção solar com grau máximo permitido, conforme normas vigentes do CONTRAN; Grafismo /Pintura: Envelopado ou adesivado com características de identificação a serem determinadas pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, conforme **ANEXO I**.

6.2.2.1.2 - 50 (cinquenta) Veículos zero quilômetro, CAMINHONETE PICK UP CABINE DUPLA 4x2, classificado no Grupo "S2"- Veículo contendo no mínimo as seguintes características: ano de fabricação não inferior ao exercício vigente, Cor: Veículo pintado na cor BRANCA, no padrão original de fábrica e de linha de produção; Motorização: Equipado com o motor ciclo Otto flexível, Cilindrada mínima de 1.200 cm³; Potência mínima de 107 cv em etanol e 98 cv em gasolina; Câmbio: Transmissão automática, admitindo-se sistema convencional ou continuamente variável (CVT); Tração: 4x2; Sistema de freio: a disco nas rodas dianteiras e a tambor nas rodas traseiras; Altura mínima do solo: 185 mm; Direção: Hidráulica ou elétrica; VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS: O veículo deverá possuir vidros e travas elétricas originais do fabricante; CENTRAL

MULTIMÍDIA: - Deverá possuir 01 (uma) central multimídia com, no mínimo, com as seguintes funções: Espelhamento de dispositivos, bluetooth e/ou USB (Universal Serial Bus); compatível com sistemas Android e IOS, porém, caso a central multimídia não disponha de tal funcionalidade, deverá ser incluído equipamento específico; Retrovisores Externos: Com regulagem eletrônica ou elétrico; Sensor de estacionamento traseiro; Todos os itens de segurança de acordo a legislação, tais como: airbag duplo e banco traseiro rebatível; pneus conforme fabricante, película de proteção solar com grau máximo permitido, conforme normas vigentes do CONTRAN; Grafismo /Pintura: Envelopado ou adesivado com características de identificação a serem determinadas pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, conforme **ANEXO I**.

6.2.2.1.3 OS VEÍCULOS DEVERÃO: ser equipados com os itens de segurança exigidos pela legislação vigente; estar em conformidade com as normas técnicas aplicáveis da ABNT e com as regulamentações técnicas dos órgãos competentes (IBAMA, CONTRAN e demais entidades reguladoras); atender aos limites máximos de ruído e de emissão de poluentes estabelecidos pela legislação ambiental federal em vigor, em especial pelo Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, observadas as fases e requisitos aplicáveis ao tipo de veículo, preferencialmente sendo dotado de tecnologia que favoreça a redução da emissão de gases e/ou substâncias poluentes.

6.3. A demanda será acompanhada pela equipe técnica responsável devidamente capacitada para tomar as providências necessárias e possíveis para o sucesso da contratação, incluindo o aceite da proposta, recebimento da entrega, sem prejuízo da fiscalização exercida pela CONTRATADA.

6.4. No curso da execução do fornecimento, caberá ao CONTRATANTE, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições contratuais, promovendo a aferição qualitativa dos produtos

6.5. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos;

6.6. Efetuar a entrega dos produtos em perfeito estado, de acordo com as quantidades indicadas na Ordem de Fornecimento, com as especificações constantes no presente estudo, no **prazo de até 90 (noventa) dias**, contados a partir do recebimento da assinatura do contrato com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento e da emissão da ordem de serviço.

6.7. Caso aconteça qualquer problema no fornecimento, e o produto fornecido seja rejeitado, a Contratada deverá de forma imediata tomar as devidas providências necessárias para a correção das irregularidades identificadas, sob pena de sofrer a aplicação das penalidades estabelecidas na Minuta de Contrato.

6.8. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá informar imediatamente à Secretaria, solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega.

6.9. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

6.10. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega.

6.11. Somente serão aceitos produtos especificados neste estudo técnico preliminar, sendo recusados qualquer produto com especificação diferente. Para tanto, será designado servidor para fiscalização de contrato, e caso o produto solicitado não atenda a especificação solicitada, será recusado sem nenhuma oneração para esta Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

6.12. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

6.13. Caso haja algum produto recebido, conferido e aceite e posteriormente seja constatado no lote solicitado e entregue em divergência do quanto ora solicitado, também será recusado sem nenhum ônus para a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, notificando a empresa para substituição no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos das quantidades constatadas.

6.14. Em caso de ocorrências dos itens 6.11 e 6.13 deste ETP, serão solicitadas reposição imediata do produto também sem nenhum ônus para a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, incluindo despesas de deslocamento para entrega do produto no local indicado por esta Secretaria em até 30 (trinta) dias consecutivos das quantidades constatadas.

6.15. Da garantia e fornecedores:

6.15.1 Os produtos mencionados deverão possuir garantia mínima conforme legislação vigente;

6.15.2 As solicitações referentes à troca deverão ser efetuadas pelo designado e/ou pela Comissão de Recebimento;

6.15.3 No caso de empresas sediadas fora do Município de Campinas-SP, quando esta Administração Pública realizar as devidas solicitações por ordem de fornecimento dos produtos, deverão providenciar a entrega no local indicado na referida ordem, sem nenhum custo adicional;

6.15.4 O prazo de vigência do contrato será especificado em contrato, na ausência deste a vigência é de 30 (trinta) meses.

6.16 Das alterações contratuais:

6.16.1 Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do presente contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado, previsto no art. 125 da Lei nº 14.133/21.

6.17 Critérios de Sustentabilidade

6.17.1 É de extrema necessidade adotar práticas mais sustentáveis na indústria automobilística. As mudanças climáticas tornaram-se uma preocupação global urgente, e os veículos a motor foram

identificados como uma das principais fontes de emissões de gases de efeito estufa. Além disso, a extração de recursos naturais, como metais preciosos e combustíveis fósseis, necessários para a produção de veículos, levantou questões sobre o esgotamento desses recursos finitos.

6.17.2 É de suma importância a implementação de tecnologias sustentáveis que moldem a fabricação de veículos, reduzindo assim emissões e o consumo de recursos, bem como o impacto econômico dessa abordagem. Como também regulamentações e normas ambientais que moldam o cenário da indústria rumo a um futuro mais sustentável.

6.17.3 A responsabilidade social corporativa também desempenha um papel importante, à medida que os consumidores se tornam mais conscientes das práticas empresariais e da pegada ambiental (pegada ecológica). A adoção da sustentabilidade na fabricação de veículos tornou-se, assim, não apenas uma escolha ética, mas uma estratégia imperativa para garantir a sobrevivência e a relevância contínua da indústria automobilística.

6.17.4 A integração de tecnologias sustentáveis tornou-se uma pedra angular da indústria automobilística moderna. Os veículos elétricos e híbridos ganharam destaque, reduzindo significativamente as emissões de carbono em comparação com seus homólogos movidos a combustíveis fósseis. Além disso, a busca por materiais leves e recicláveis nas carrocerias dos veículos e na estrutura interna tem o potencial de reduzir o consumo de recursos naturais e, ao mesmo tempo, melhorar a eficiência energética.

6.17.5 Os processos de fabricação limpa também se tornaram cruciais. É necessário que a indústria adote métodos mais sustentáveis de produção, como a reutilização de água, o tratamento de resíduos e a incorporação de energias renováveis em suas operações. Essas inovações não apenas reduzem o impacto ambiental, mas também podem levar a economias de custos significativas a longo prazo.

6.17.6 Essas são algumas das maneiras pelas quais a sustentabilidade está transformando a fabricação de veículos e abordando os desafios ambientais e de recursos que a indústria enfrenta.

7. Levantamento de Mercado

7.1 A decisão entre adquirir ou locar veículos pode ter impacto significativo nas finanças e operações da Administração Pública. A seguir, apresentam-se as principais vantagens da **locação de veículos em comparação com a aquisição de frota própria**, à luz da realidade desta Secretaria.

7.2 Vantagens da Locação de Veículos

7.2.1 Flexibilidade operacional

Permite ajustar o tipo e a quantidade de veículos às necessidades específicas dos programas de sanidade animal e demais atividades, inclusive com possibilidade de adequação da frota ao longo da vigência contratual, de acordo com a demanda.

7.2.2 Redução de custos diretos de propriedade

Elimina despesas com depreciação, licenciamento, IPVA, seguro, manutenção preventiva e corretiva, que ficam a cargo da locadora, concentrando o gasto apenas no serviço de locação efetivamente utilizado.

7.2.3 Manutenção e suporte especializados

As locadoras disponibilizam veículos revisados e em bom estado de conservação, com assistência técnica e substituição em caso de falhas mecânicas, garantindo continuidade das atividades fiscalizatórias e de vigilância, sem necessidade de estrutura interna própria de oficina.

7.2.4 Atualização tecnológica e de segurança

Possibilita o uso de veículos mais modernos, com tecnologias atuais de segurança, conforto, eficiência energética e menor emissão de poluentes, sem necessidade de desembolso de capital para aquisição de modelos novos.

7.2.5 Praticidade administrativa

Reduz a complexidade da gestão da frota pela Administração, uma vez que documentação, licenciamento, seguro, recolhimento de tributos e manutenção passam a ser de responsabilidade da locadora, permitindo que o órgão se concentre em sua atividade finalística.

7.2.6 Atendimento a variações sazonais de demanda

A locação é particularmente adequada para necessidades sazonais ou variáveis, facilitando o dimensionamento da frota em cenários de aumento temporário de trabalho, emergências sanitárias ou intensificação de fiscalizações.

7.2.7 Planejamento orçamentário

Os custos de locação, distribuídos ao longo da vigência contratual, favorecem a previsibilidade orçamentária, evitando grandes desembolsos iniciais e imobilização de capital em ativos depreciáveis.

7.2.8 Sustentabilidade e eficiência

Viabiliza a utilização de veículos mais eficientes em termos de consumo de combustível e emissões atmosféricas, contribuindo para a redução da pegada ambiental e para o cumprimento de políticas públicas de sustentabilidade.

7.3 Desvantagens da Aquisição de Veículos

7.3.1 Elevado investimento inicial

A aquisição de veículos demanda investimento expressivo à vista ou via financiamento, impactando significativamente o orçamento e reduzindo a disponibilidade de recursos para outras ações finalísticas.

7.3.2 Depreciação e obsolescência

Os veículos sofrem rápida depreciação e ficam tecnologicamente defasados em poucos anos, reduzindo o retorno sobre o investimento e exigindo renovações periódicas da frota.

7.3.3 Custos contínuos de manutenção e reparos

A Administração se torna responsável por toda manutenção preventiva e corretiva, com tendência de aumento dos gastos à medida que a frota envelhece, além de maior risco de indisponibilidade dos veículos.

7.3.4 Encargos tributários e burocracia

A propriedade da frota implica pagamento de IPVA, licenciamento, seguro obrigatório e demais taxas, além da gestão de documentos, multas e demais obrigações acessórias.

7.3.5 Imobilização de capital e menor flexibilidade

Os recursos aplicados na compra de veículos deixam de ser investidos em outras ações estratégicas. Ademais, a frota adquirida pode deixar de atender às necessidades futuras, dificultando adequações rápidas de perfil e quantidade de veículos.

7.4 Conclusão do levantamento de mercado

7.4.1 Diante do exposto, e considerando ainda que, nos termos do artigo 8º do Decreto nº 67.888/2023, o levantamento de mercado para fins de estimativa de preços pode ser realizado com base em parâmetros padronizados e bancos de dados oficiais, a opção pela **locação de veículos** revela-se mais vantajosa do que a aquisição, sob os aspectos econômico, operacional e administrativo.

7.4.2 Para a estimativa do valor da contratação foram utilizados os requisitos e parâmetros previstos no artigo 8º do Decreto nº 67.888/2023, que regulamenta o § 1º do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, conforme planilha apresentada no item 10 deste ETP.

8. Descrição da solução como um todo

8.1. A locação do veículo visa a atender às necessidades da Coordenadoria de Defesa Agropecuária da Secretaria de Agricultura e Abastecimento. O serviço será contratado por meio de processo licitatório, na modalidade de Pregão Eletrônico, observado os dispositivos legais, seguindo o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 da Lei 14.133/2021, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

8.2. Desta forma, para a locação do item o mesmo deverá obedecer aos requisitos técnicos a serem especificados no edital. Vale ressaltar, que a medida a ser adotada encontra respaldo jurídico na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços. Outrossim, neste processo licitatório os fornecedores cotam o produto a ser entregue no local e espaço solicitado com todos os encargos inclusos, sendo: 1 – Frete; 2 – Impostos e 3 – Descarga. Devendo a entrega dos produtos/serviços ser feita na quantidade e no local a ser informado pela secretaria solicitante.

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

9.1. Entende-se necessária a contratação dos seguintes itens e quantitativos:

--	--	--	--

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ITENS	UNIDADE	QUANT.
01	<p>Veículo automotivo zero quilômetro, Tipo HATCHBACK, Grupo "S1" - Veículo contendo no mínimo as seguintes características: ano de fabricação não inferior ao exercício vigente da assinatura do contrato, com capacidade para 5 pessoas, incluso o motorista, Cor: Veículo pintado na cor BRANCA, no padrão original de fábrica e de linha de produção; equipado com o motor ciclo Otto flexível, Cilindrada entre 1.000 cm³ e 1.350 cm³; Potência mínima de 105cv em etanol e 98 cv em gasolina, Transmissão automática, admitindo-se sistema convencional ou continuamente variável (CVT); motor 1.0 turbo ou superior, suspensão elevado com altura mínima livre do solo mínimo 180mm, Direção: Hidráulica ou elétrica; VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS: O veículo deverá possuir vidros e travas elétricas originais do fabricante; CENTRAL MULTIMÍDIA: Deverá possuir 01 (uma) central multimídia com, no mínimo, com as seguintes funções: Espelhamento de dispositivos, bluetooth e/ou USB (Universal Serial Bus); compatível com sistemas Android e IOS, porém, caso a central multimídia não disponha de tal funcionalidade, deverá ser incluído equipamento específico; Retrovisores Externos: Com regulagem eletrônica ou elétrico; Sensor de estacionamento traseiro; Todos os itens de segurança de acordo a legislação, tais como: airbag duplo e banco traseiro rebatível; pneus conforme fabricante, película de proteção solar com grau máximo permitido, conforme normas vigentes do CONTRAN; Grafismo /Pintura: Envelopado ou adesivado com características de identificação a serem determinadas pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, conforme ANEXO I.</p> <p>TODOS OS VEÍCULOS DEVERÃO: ser equipados com os itens de segurança exigidos pela legislação vigente; estar em conformidade com as normas técnicas aplicáveis da ABNT e com as regulamentações técnicas dos órgãos competentes (IBAMA, CONTRAN e demais entidades reguladoras); atender aos limites máximos de ruído e de emissão de poluentes estabelecidos pela legislação ambiental federal em vigor, em especial pelo Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, observadas as fases e requisitos aplicáveis ao tipo de veículo, preferencialmente sendo dotado de tecnologia que favoreça a redução da emissão de gases e/ou substâncias poluentes.</p>	UND	100

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ITENS	UNIDADE	QUANT.

02	<p>Veículo zero quilômetro, CAMINHONETE PICK UP CABINE DUPLA 4x2, classificado no Grupo “S2”- Veículo contendo no mínimo as seguintes características:</p> <p>ano de fabricação não inferior ao exercício vigente, Cor: Veículo pintado na cor BRANCA, no padrão original de fábrica e de linha de produção; Motorização: Equipado com o motor ciclo Otto flexível, Cilindrada mínima de 1.200 cm³; Potência mínima de 107 cv em etanol e 98 cv em gasolina; Câmbio: Transmissão automática, admitindo-se sistema convencional ou continuamente variável (CVT); Tração: 4x2; Sistema de freio: a disco nas rodas dianteiras e a tambor nas rodas traseiras; Altura mínima do solo: 185 mm; Direção: Hidráulica ou elétrica; VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS: O veículo deverá possuir vidros e travas elétricas originais do fabricante; CENTRAL MULTIMÍDIA: Deverá possuir 01 (uma) central multimídia com, no mínimo, com as seguintes funções: Espelhamento de dispositivos, bluetooth e/ou USB (Universal Serial Bus); compatível com sistemas Android e IOS, porém, caso a central multimídia não disponha de tal funcionalidade, deverá ser incluído equipamento específico; Retrovisores Externos: Com regulagem eletrônica ou elétrico; Sensor de estacionamento traseiro; Todos os itens de segurança de acordo a legislação, tais como: airbag duplo e banco traseiro rebatível; pneus conforme fabricante, película de proteção solar com grau máximo permitido, conforme normas vigentes do CONTRAN; Grafismo /Pintura: Envelopado ou adesivado com características de identificação a serem determinadas pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, conforme ANEXO I.</p> <p>TODOS OS VEÍCULOS DEVERÃO: ser equipados com os itens de segurança exigidos pela legislação vigente; estar em conformidade com as normas técnicas aplicáveis da ABNT e com as regulamentações técnicas dos órgãos competentes (IBAMA, CONTRAN e demais entidades reguladoras); atender aos limites máximos de ruído e de emissão de poluentes estabelecidos pela legislação ambiental federal em vigor, em especial pelo Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, observadas as fases e requisitos aplicáveis ao tipo de veículo, preferencialmente sendo dotado de tecnologia que favoreça a redução da emissão de gases e/ou substâncias poluentes.</p>	UND	50
----	--	-----	----

9.2 Para mensuração do quantitativo a ser locado foi levado em consideração a necessidade da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, através da Diretoria de Defesa Agropecuária, em base de levantamento de dados e quantitativo necessários para a execução do serviço.

10. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 20.033.375,00

10.1. A estimativa do valor da contratação foi realizada nos termos do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante metodologia fundamentada e compatível com a realidade de mercado.

10.2. Considerando que o objeto refere-se à locação de veículos disciplinada no Volume 16 do CADTERC, os valores nele estabelecidos foram utilizados como referência oficial prioritária.

10.3. Entretanto, verificou-se que a versão vigente do CADTERC (data-base maio/2024) não reflete integralmente a atual realidade econômica do setor de locação de veículos.

10.4. O histórico do Processo nº 007.00003715/2025-93 demonstrou que a utilização exclusiva dos valores referenciais resultou em inviabilidade prática da contratação.

10.5. Diante disso, foi realizada pesquisa complementar de mercado, contemplando:

- I – Contratações públicas similares recentes;
- II – Pesquisa direta junto a fornecedores;
- III – Consulta a bases públicas oficiais;
- IV – Análise de variações setoriais.

10.6. A metodologia adotada visa assegurar:

- I – Competitividade;
- II – Exequibilidade contratual;
- III – Eficiência administrativa;
- IV – Prevenção de nova licitação fracassada.

10.7. A adoção exclusiva de valores desatualizados poderia resultar em subavaliação do objeto, em afronta ao interesse público primário.

ITEM	ESPECIFIC.	CAT. CONTA- BILIZA	CAT. COMPRAS. GOV	UNID. DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL 30 MESES (R\$)
1	Veículo automotivo, zero quilômetro, tipo HATCHBACK,	24244	4014	UN	100	3.767,26	367.625,67	11.028.770,00
	Veículo automotivo, zero quilômetro, tipo							

2	CAMINHONETE PICK UP CABINE DUPLA 4x2	24244	4014	UN	50	6.003,07	300.153,50	9.004.605,00
						TOTAL	667.779,17	20.033.375,00

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 463844000000149-0-000023/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 28/06/2025;

III) Id do item no PCA: 790

IV) Classe/Grupo: 732 - SERVIÇOS DE LEASING OU ALUGUEL RELACIONADOS A OUTROS BENS;

V) Identificador da Futura Contratação: 990147-683/2026

12. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

12.1 Considerando a natureza do objeto, optou-se pelo **parcelamento da solução em grupos de veículos distintos**, de acordo com suas características técnicas e finalidades de uso, resultando nos seguintes itens:

- I – Veículos tipo hatchback, Grupo S1;
- II – Caminhonetes pick-up cabine dupla 4x2;
- III – Caminhonetes pick-up cabine dupla 4x4;
- IV – Utilitários esportivos (SUV) com 7 lugares, tração 4x4.

12.2 Justificativa para o parcelamento da solução

12.2.1 Adequação às diferentes necessidades operacionais

Os programas e atividades da Diretoria de Defesa Agropecuária demandam veículos com perfis distintos (uso predominantemente urbano, estradas vicinais, áreas rurais de difícil acesso, transporte de maior número de pessoas e materiais), o que torna técnica e operacionalmente recomendável a divisão do objeto por tipo de veículo.

12.2.2 Fomento à competitividade

O parcelamento em itens separados permite que empresas com maior especialização em determinados segmentos de veículos participem da licitação, ampliando o universo de potenciais licitantes, sem impedir a participação de empresas que possuam capacidade para fornecer mais de um ou todos os itens.

12.2.3 Possibilidade de obtenção de melhores preços

A divisão por grupos de veículos com características homogêneas facilita a formação de propostas mais competitivas pelas licitantes, adequando-se às suas estruturas de aquisição e locação, o que tende a refletir-se em melhores condições econômicas para a Administração.

12.2.4 Racionalização da gestão contratual

A especificação e o controle dos veículos tornam-se mais simples e objetivos quando organizados por tipo e finalidade de uso, facilitando o acompanhamento da execução contratual, bem como eventuais substituições e manutenções.

12.2.5 Compatibilidade com o interesse público

O parcelamento não compromete a economia de escala nem onera a Administração, ao contrário, contribui para que cada tipo de veículo seja contratado nas condições mais vantajosas possíveis, observando os princípios da economicidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa.

12.3 Dessa forma, o parcelamento do objeto em itens distintos mostra-se **tecnicamente justificado e alinhado** às disposições da Lei nº 14.133/2021, não configurando fracionamento indevido da despesa, mas sim medida de racionalização e de promoção da competitividade.

13. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

13.1 Para continuidade desta contratação, identificamos contratações futuras, correlatas e com dependência com o objeto pretendido:

13.1.1 Fornecimento de combustível, tipo gasolina comum, álcool comum e óleo diesel comum, para abastecimento dos veículos pertencentes à frota do CONTRATANTE;

14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

14.1 A futura locação de veículo pretende cumprir um melhor e mais rápido deslocamento dos servidores, a médio/curto prazo, um serviço de qualidade, sem atraso, da mesma maneira sem prejudicar os materiais no deslocamento.

14.1.1 Demanda de Deslocamento: Constante de atendimento a atividades rotineiras da Diretoria de Defesa Agropecuária, focos de enfermidades infecciosas e emergências, bem como o atendimento ao Plano Estratégico de Vigilância para a Febre Aftosa, em que não apenas procura-se garantir o status do Brasil como país livre da enfermidade, mas também a ampliação das Zonas Livres Sem Vacinação, contexto no qual o Estado de São Paulo está inserido, torna-se necessário à utilização de veículos apropriados para a realização de atividades a campo e manutenção da vigilância, conforme preconizado pelos Programas de Sanidade Animal, definidos pelo Decreto nº 45.782, de 27 de abril de 2001, e pelos Corredores Sanitários, definidos pelas Resoluções SAA nº 46, de 10 de novembro de 2006, e nº 56, de 27 de novembro de 2006.

14.1.2 Importância da locação do veículo: Imperatividade da locação de um veículo para atender às demandas de mobilidade; Facilitação da locomoção dos servidores, garantindo segurança nas atividades.

14.1.3 Otimização do Transporte de Materiais: O Investimento contribuirá para otimização do transporte de materiais e equipamentos.

14.1.4 Estruturação da Frota: Consideração da necessidade de estruturação específica da frota para o programa; importância para um acompanhamento mais eficaz para garantir o acesso dos produtores rurais a políticas públicas diversas.

14.1.5 Justificação da locação do veículo: Demonstração da necessidade iminente e de interesse público para justificar a locação. Medida estratégica para aprimorar o desempenho operacional e a qualidade dos serviços prestados.

15. Providências a serem Adotadas

15.1 Caberá ao gestor do contrato e seus fiscais o apreço correto da execução do contrato, bem como a observância às normas vigentes do presente processo.

15.2. Não foram identificadas necessidades de adequação do ambiente para execução contratual.

16. Possíveis Impactos Ambientais

16.1 Os veículos automotores são fontes relevantes de emissão de poluentes atmosféricos, tais como dióxido de carbono (CO), monóxido de carbono (CO), óxidos de nitrogênio (NOx) e material particulado, contribuindo para o agravamento das mudanças climáticas e para a deterioração da qualidade do ar, com reflexos negativos sobre a saúde pública, em especial doenças respiratórias e cardiovasculares.

16.2 Reconhecendo esses impactos, a contratação proposta adota critérios de **sustentabilidade ambiental** na especificação dos veículos, exigindo que:

- I – atendam às normas técnicas aplicáveis da ABNT e às regulamentações técnicas dos órgãos competentes (IBAMA, CONTRAN e demais entidades reguladoras);
- II – cumpram os limites máximos de ruído e de emissão de poluentes estabelecidos pela legislação ambiental federal, em especial no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, observadas as fases e requisitos aplicáveis a cada tipo de veículo;
- III – sejam, preferencialmente, dotados de tecnologias que favoreçam a redução da emissão de gases e/ou substâncias poluentes, bem como maior eficiência energética.

16.3 Adicionalmente, para os veículos com motorização flexível, determina-se que sejam **obrigatoriamente abastecidos com etanol**, conforme Decreto Estadual nº 59.038, de 03 de abril de 2013, contribuindo para a redução das emissões líquidas de gases de efeito estufa em comparação com o uso de gasolina.

16.4 A opção pela **locação de veículos**, em substituição à manutenção de frota própria antiga e potencialmente mais poluente, também permite a renovação periódica dos veículos utilizados pela Diretoria de Defesa Agropecuária, favorecendo a utilização de modelos mais modernos, com melhor desempenho ambiental e menores índices de emissão.

16.5 Por fim, a Administração manterá a observância às políticas públicas de sustentabilidade, inclusive com incentivo ao uso racional de combustível, planejamento de rotas e manutenção adequada dos veículos, de forma a mitigar os impactos ambientais decorrentes da presente contratação.

17. Posicionamento conclusivo e modalidade

17.1 Considerando os levantamentos realizados para a contratação de empresa especializada para locação de veículos automotor, zero quilômetro, que atenda as demandas da gestão do Programa, recomenda-se a utilização da modalidade contratação por meio de processo licitatório, na modalidade de Pregão Eletrônico, observado os dispositivos legais, seguindo o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 da Lei 14.133/2021 e suas alterações, e pelas condições e exigências estabelecidas em Edital de Licitação;

17.2 A escolha da modalidade de Pregão Eletrônico para a realização deste processo licitatório justifica-se pela maior rapidez em sua execução e pela possibilidade de se obter preços mais vantajosos pela Administração, pela possibilidade que têm os licitantes de reduzir preços durante o próprio processo de escolha;

17.3 Justificadamente, portanto, recomendamos por realizar-se a futura licitação, valendo-se do Sistema de Registro de Preços em virtude do exato enquadramento das necessidades nos requisitos fundamentais para utilização desse sistema;

17.4 De acordo com as informações levantadas no estudo preliminar, ora apresentado, tomando-se por base a necessidade do objeto, a importância que o mesmo tem para o andamento das atividades desenvolvidas pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, considerando as justificativas já apresentadas e atendendo à finalidade proposta, conforme o inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e o Art. 7º, inciso XIII da IN 40/2020, pelo exposto, declaramos a viabilidade da contratação nos termos dispostos.

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LIGIA AYRES CARVALHO DA SILVA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 01/06/2026 às 15:09:14.

MARCOS ROBERTO DO VALE

Responsável pela contratação direta



Assinou eletronicamente em 01/06/2026 às 15:10:14.

19. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

19.1. Justificativa da Viabilidade

19.1. Diante das informações, análises e justificativas apresentadas neste Estudo Técnico Preliminar, esta equipe de planejamento **declara a viabilidade da contratação de empresa especializada para a locação de veículos automotores zero quilômetro**, nas quantidades e especificações descritas, destinados ao atendimento das necessidades operacionais da Diretoria de Defesa Agropecuária da Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

19.2. A solução de **locação de veículos**, em caráter não eventual, mostra-se adequada e necessária para garantir a execução contínua e eficiente das ações de vigilância, fiscalização, prevenção, controle e erradicação de enfermidades de interesse da defesa agropecuária, bem como para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Estratégico de Vigilância para a Febre Aftosa e nos demais programas oficiais de sanidade animal.

19.3. A opção pela locação, em detrimento da aquisição de frota própria, encontra-se fundamentada no levantamento constante do item 7 deste ETP, revelando maior vantagem sob os aspectos operacional, econômico e administrativo, especialmente em razão da redução de custos com depreciação, manutenção, seguros, licenciamento, gestão de frota e imobilização de capital, além da possibilidade de atualização tecnológica periódica e maior disponibilidade dos veículos.

19.4. As **especificações técnicas** exigidas (como câmbio automático, suspensão elevada, película de proteção solar, central multimídia com funções de segurança, requisitos ambientais e de segurança veicular) estão devidamente

justificadas nos itens 5 e 6 deste ETP, atendendo a critérios de acessibilidade e inclusão de servidores com deficiência, saúde e segurança ocupacional, adequação às condições de uso em áreas rurais e de difícil acesso, bem como às políticas de sustentabilidade e às normas técnicas e ambientais vigentes, não configurando exigências restritivas indevidas ou de caráter meramente supérfluo.

19.5. A inclusão de sistema de rastreamento veicular na contratação contribui para a redução de custos indiretos, melhor controle do uso dos veículos, mitigação de riscos operacionais e aumento da transparência na utilização dos recursos públicos, configurando-se como medida alinhada aos princípios da eficiência e da economicidade.

19.6. A contratação proposta está **alinhada ao Plano de Contratações Anual de 2025**, conforme item 11 deste estudo, possui **previsão orçamentária** com recursos do Fundo Especial de Despesas da Diretoria de Defesa Agropecuária (item 10.1) e será processada mediante **Pregão Eletrônico, com utilização do Sistema de Registro de Preços**, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, o Decreto estadual nº 67.888/2023 e demais normas aplicáveis.

19.7. Não foram identificados riscos ou impedimentos jurídicos, técnicos, operacionais ou orçamentários que inviabilizem a contratação, permanecendo os riscos ordinários devidamente mitigados pelas cláusulas de manutenção preventiva e corretiva, substituição de veículos, assistência 24 horas, exigência de seguros, critérios de fiscalização e demais condições estabelecidas neste ETP.

19.8. Assim, **à luz do inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 7º, inciso XIII, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 40/2020**, esta equipe declara a **plena viabilidade técnica, econômica e jurídica da contratação**, recomendando a continuidade do processo licitatório nos termos aqui delineados.



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e
Abastecimento
Divisão de Administração Integrada II

DIRETORIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

(Processo Administrativo nº 007.00001011/2026-67)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
xxx/2026, CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE
AGRICULTURA E ABASTECIMENTO, POR
INTERMÉDIO DA DIRETORIA DE DEFESA
AGROPECUÁRIA E A EMPRESA **xxx**.

O Estado de São Paulo / Secretaria de Agricultura e Abastecimento, por intermédio da Diretoria de Defesa Agropecuária, com sede na Avenida Brasil, nº 2.340, Jardim Chapadão, na cidade de Campinas/Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 46.384.400/0021-92, neste ato representado pela Senhora **ERIKA RAMOS MELLO**, Diretora da **Diretoria de Defesa Agropecuária**, nomeado pela Resolução SAA de 01 de junho de 2026, publicada no DOE de 02 de junho de 2026, portadora do RG nº 11.771.117-6 e inscrita no CPF sob o nº 089.930.967-40, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a) Empresa **xxx**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **xxx**, sediado(a) **xxx**, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) pelo Senhor **xxx, xxx**, inscrito(a) no CPF sob o nº **xxx**, conforme atos constitutivos da fornecedora, tendo em vista o que consta no Processo nº 007.00001011/2026-67 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº **xxx/2026**, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos de **Locação de Veículos**, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA / MODELO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL 30 MESES R\$
1	Veículo Automotivo Zero Quilometro, tipo HATCHBACH		100			
2	Veículo Automotivo Zero Quilometro, tipo CAMINHONETE PICK UP CABINE DUPLA 4x2		50			

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de empreitada por **preço unitário**.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **30 (trinta) meses**, contados a partir da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, a critério do Contratante, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº14.133, de 2021](#).

2.1.1. O Contratado poderá se opor à prorrogação de que trata a subdivisão acima, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo Contratante em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

2.1.2. Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata a subdivisão acima é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços do mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permitida a negociação com o Contratado, observando-se, ainda, os seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa, por escrito, de que a Administração mantém interesse

na realização do serviço;

d) Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;

e) Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.1.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do Contratante.

2.1.4. Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, custos não renováveis já pagos ou amortizados no âmbito da contratação, quando houver, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.

2.1.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.1.7. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condições resolutivas consubstanciadas:

I - na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou

II - na ausência de vantagem para o Contratante na manutenção do contrato, desde que o Contratante comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois) meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.

2.1.8. Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas na subdivisão acima desta cláusula, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. *Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.*

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

- 5.1. O valor mensal da contratação é de **R\$ xxx (xxx)**, perfazendo o valor total de **R\$ xxx (xxx)**.
- 5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

- 6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1. Os preços inicialmente ajustados poderão ser repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação do contratado.
- 7.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:
- a. *para os demais custos, decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra): a partir da data da apresentação da proposta.*
- 7.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.
- 7.3.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que apostilada.
- 7.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em

momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços (art. 135, § 4º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

7.5. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias (art. 135, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

7.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.7. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 135, §§ 1º e 2º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

7.8. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a demonstração analítica da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção coletiva ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato que fundamenta a repactuação.

7.8.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho visa a repassar integralmente a variação de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.9. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos demais custos, decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), a respectiva variação será apurada mediante a aplicação do índice de reajustamento FIPE/IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, observando a data de referência e o interregno mínimo definidos nesta cláusula, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra) a ser reajustada;

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta ou à data do último reajustamento aplicado;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.9.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.9.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra) será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.9.3. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.9.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), por meio de termo aditivo.

7.10. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.11. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.12. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.13. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.14. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.15. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.16. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.17. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação em até 30 (trinta) dias, contado a partir da data em que for apresentada, pelo Contratado, solicitação acompanhada de documentação contendo demonstração analítica da variação dos custos a serem repactuados (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

7.17.1. O prazo referido na subdivisão anterior não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.18. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.19. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.20. Se ocorrer repactuação para valor maior, o Contratado deverá complementar a garantia contratual que tenha sido anteriormente prestada, caso exigida neste instrumento, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.21. Caso ocorra majoração da tarifa de transporte público, será facultada a revisão de item relativo a valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços que constitui parte integrante do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados. Caso sejam preenchidos os requisitos legais, a revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por termo aditivo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE [\(art. 92, X, XI e XIV\)](#)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade,

observando-se o art. 143 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de **X (xx)** para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **XX (xx)**, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do art. 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.11. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo

[]
demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do artigo 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 67.301, de 2022](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 67.301, de 2022](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#) (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações

subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iv) **Multa:**

- 1. *Moratória de 0,5.% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;*
- 2. *Moratória de 0,5.% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento por cento), pela inobservância do*

prazo fixado para suplementação ou reposição da garantia;

i. O atraso superior a 35 (trinta e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do item 11.1, de 20%(vinte por cento) do valor do Contrato;

4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do item 11.1, de 20%(vinte por cento) do valor do Contrato;

5. Para infração descrita na alínea “b” do item 11.1, a multa será de 10%(dez por cento) do valor do Contrato;

6. Para infrações descritas na alínea “d” do item 11.1, a multa será de 20%(vinte por cento) do valor do Contrato;

7. Para a infração descrita na alínea “a” do item 11.1, a multa será de 20%(vinte por cento) do valor do Contrato.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;

[]
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021\)](#).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

- 13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: 1300033

II. Fonte de Recursos: 175.930.031

III. Programa de Trabalho: 20.609.1316.4457.0000 - 130177

IV. Elemento de Despesa: 33.90.33.43

V. Plano Interno: 005.011.0244

VI. Nota de Empenho: 2026NE~~xxx~~.

14.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.
[.133](#)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14](#) [de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) e princípios gerais dos contratos

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento- base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

Campinas, data da última assinatura eletrônica das partes.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-